

TUDO A POSTOS PARA A GRANDE FESTA A FESTA QUE PORTUGAL NUNCA VIU!

É com emoção que todos os comunistas, todos os homens, mulheres e jovens progressistas vêem aproximar-se o dia de abertura da Grande Festa do «Avante!». Não hesitamos sequer ao afirmar que será uma data inesquecível na memória de quantos lutaram e lutam pela edificação da sociedade sem classes.

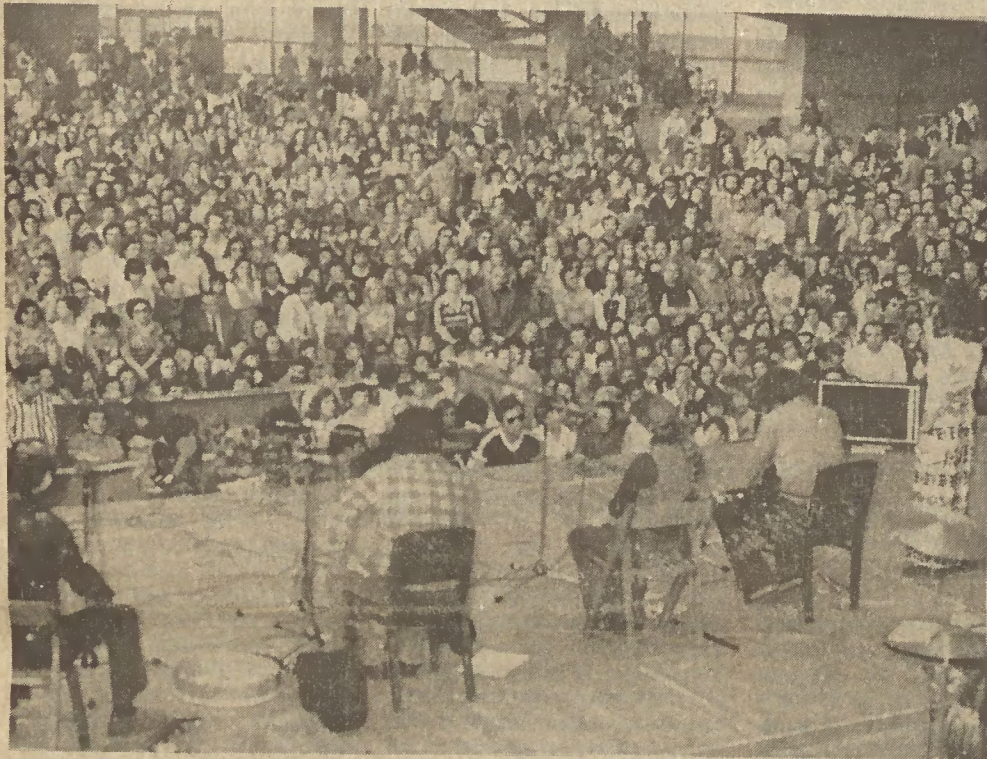
Quantos anos sonharam os democratas e antifascistas com o dia em que seria possível ler o «Avante!» em plena rua, num banco de jardim, à mesa do café?!

Quantos não morreram, quantos não sofreram para que esse sonho se concretizasse? E quantos não desejaram ardentemente esta Festa, este

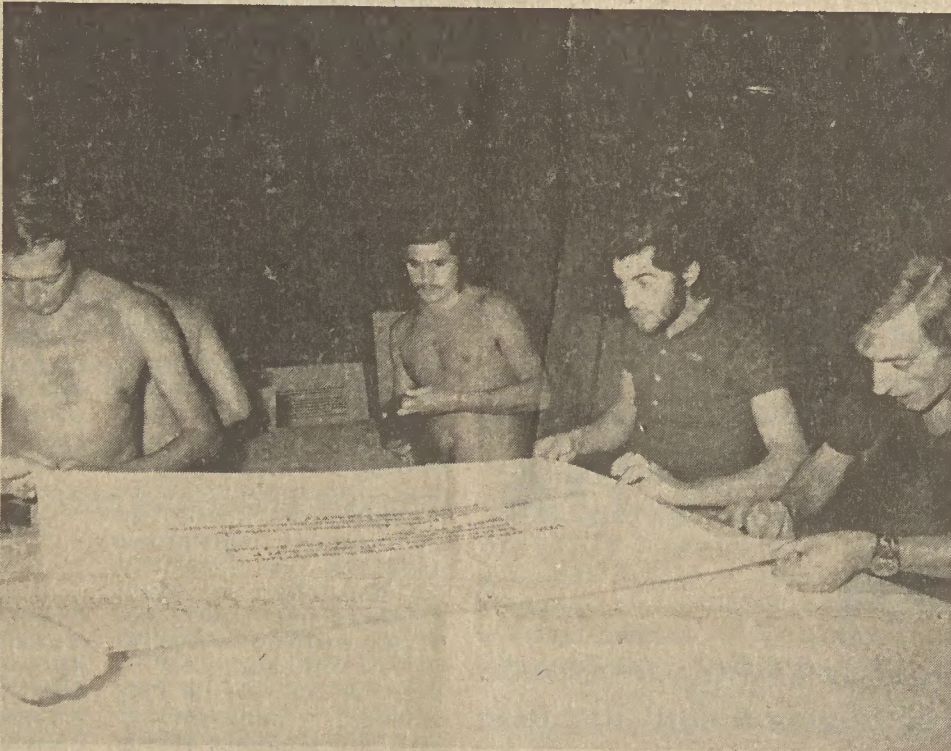
grito de alegria e combate, incentivo da luta quotidianamente prosseguida?

Poucas horas nos separam já do sonho que a nossa força, a força dos comunistas e antifascistas tornou realidade. Dão-se as últimas pinceladas; mais uma martelada aqui, outra acolá; compõem-se com ternura materiais clandestinos, testemunhos de um passado ainda tão recente...

Esperamos o dia, a hora, o momento exacto. Mas já estamos em Festa. Em cada comunista, em cada trabalhador, em cada homem e mulher amante da paz e da justiça há já uma bandeira desfraldada saudando a Grande Festa do «Avante!».



Enquanto em diversas cidades prossegue com grande sucesso o Festival Internacional da Canção Política...



...na FIL trabalha-se febrilmente para que amanhã à noite o recinto esteja preparado para receber os milhares de visitantes



«POVO UNIDO»: EM FRENTE PELA UNIDADE!



Democratas de várias tendências reunidos num Encontro Nacional de Unidade decidiram criar uma ampla frente eleitoral tendo em vista a próxima escolha popular para os órgãos de poder local. O Comité Central do PCP e o Encontro Nacional de Delegados do MDP/CDE, correspondendo aos propósitos anunciados naquela reunião de democratas, decidiram constituir legalmente a Frente Eleitoral «Povo Unido» que concorrerá às eleições para as autarquias locais.

Com a data de 19 do corrente, a Comissão Nacional Provisória daquela Frente Eleitoral distribuiu um documento onde são apresentadas as razões que motivaram o Encontro. Considerando que as eleições para as autarquias constituem «um momento de ampla iniciativa política e cívica, orientada pelo objectivo de intensificar a participação popular na vida nacional», a Comissão lembra «a Imperiosa necessidade de travar uma grande batalha democrática para impedir as forças alheias aos interesses das populações de conquistar

novas posições que lhes sirvam de base para a distorção do regime democrático e à sombra das quais tentem manter sectores da população portuguesa sob o domínio e a prepotência dos caciques, submetida a uma política local marcada pelo autoritarismo, pela corrupção e pelo desprezo dos problemas reais das populações».

Depois de analisarem as experiências do processo político português e de frisarem as largas aspirações e iniciativas de unidade que se revelam com vitalidade impressionante em todo o País, os participantes no Encontro Nacional de Unidade sublinham os propósitos da Frente Eleitoral «Povo Unido» que se pautarão nomeadamente pela decisão de «debater por forma serena, responsável e séria, os problemas com as populações», batendo-se por «uma política de poder local assente na ampla autonomia dos seus órgãos, princípio que a Constituição explicitamente consagra».

Editorial

A POLÍTICA DO GOVERNO A CRISE ECONÓMICA E A CLASSE OPERÁRIA

Com os trabalhadores, e nunca contra os trabalhadores, é possível encarar-se um projecto sério de saneamento e arranque da economia nacional.

Qualquer português informado está em condições de fazer a fotografia realista da crise. Como é óbvio, sem truques, sem «fotomontagens».

Forçosamente, a fotografia só pode mostrar os acidentes de superfície. Com uma ou outra zona escura, eles lá estão: desemprego elevado; estagnação ou mesmo quebra no investimento e na produção; *deficit* das balanças comercial e de pagamentos; consumo elevado; taxa de inflação das mais altas, etc. e, como consequência deste jogo contraditório, numa quebra perigosíssima das nossas reservas de ouro e divisas. Tudo isto pode ser quantificado, posto em números com exatidão matemática, com a exatidão de uma boa fotografia.

Mas a fotografia não mostra nem pode mostrar a causa profunda dos acidentes de superfície nem pode fornecer os remédios e as soluções mais acertadas para a crise. E é aqui que intervêm os critérios de classe.

Para a classe exploradora, para os Freitas do Amaral e os Sá Carneiro, que em Portugal exprimem abertamente os interesses dos monopólios e dos grandes latifundiários, todos os fenómenos são vistos do ângulo dos seus interesses egoísticos.

(Continua na pág. 2.)

ANIVERSÁRIO DO PAIGC

O PAIGC comemora vinte anos de luta e de grandes conquistas revolucionárias ao serviço do povo da Guiné-Bissau e das ilhas de Cabo Verde. Na celebração da data, que foi motivo de festejos em todo o país, esteve presente uma delegação do PCP chefiada pelo camarada Ângelo Veloso, membro do Comité Central e uma representação do «Avante!».

Amílcar Cabral, símbolo vivo da luta revolucionária e grande obreiro das vitórias alcançadas pelos povos do novo país africano, foi mais uma vez saudado como lembrança permanente e exemplo memorável para os novas gerações de revolucionários do seu país, de África e do mundo inteiro.

País livre, a República da Guiné-Bissau e Cabo Verde pode hoje, pela voz do camarada Luís Cabral, reafirmar «que Portugal está numa luta e essa luta devemos considerá-la nossa, na Guiné. É nossa luta na medida em que os inimigos da revolução em Portugal são os fascistas que estão a perder os seus privilégios e, por isso, odiam-nos e sentem-se furiosos com as vitórias dos nossos povos independentes».

Pág. 11

UDP: A CONTRA-REVOLUÇÃO MASCARADA DE «ESQUERDISMO»

Pág. 5

O JORNAL DA UDP E O NOSSO «SECTARISMO»

Pág. 3

Editorial

(Continuação da pág. 1)

Se quisessem podiam ser bons «fotógrafos» porque são bem informados. Mas não querem: logo aí, na «fotografia» começam a fazer batota, a usar truques e «fotomontagens»...

Adensam as cores negras, põem mais pus nas chagas, em horizontes difusos mostram abismos insondáveis. Esta batota «fotográfica» e-lhes necessária para falsearem depois as causas da crise e, sobretudo, para apontarem as soluções mais convenientes aos seus interesses de parasitas.

Para a classe exploradora e os seus corifeus políticos em Portugal a causa da crise é só uma — a revolução e a descolonização.

A revolução de 11, sobretudo com a derrota da contra-revolução em Abril de Março, que afectou rudemente os interesses e posições dos grandes banqueiros, industriais e agrários, é a grande e única culpada.

As Nacionalizações, a Reforma Agrária, o Controlo Operário — eis, para os grandes exploradores a origem dos males que afectam a economia nacional.

Para eles só há uma solução possível, um único caminho — destruir a Revolução. Restituir aos antigos patrões as empresas nacionalizadas ou sob controlo de Estado e aos grandes agrários expropriados as terras desbravadas e cultivadas pelos heróicos obreiros da Reforma Agrária. Isto como primeiro passo.

O segundo seria restabelecer os salários de fome e assegurar elevadas taxas de lucro aos grandes possuidores do capital, seria fazer pagar aos trabalhadores o custo exclusivo da crise. E para isso espezinhar os direitos e liberdades do povo trabalhador, fazer desocupar as Unidades Colectivas de Produção mesmo à custa de um banho de sangue, reconstituir e pôr operacional o monstruoso aparelho repressivo que durante quarenta e oito anos garantiu as tranquilas digestões dos ricos.

E para tudo isto rasgar a Constituição ou esvaziá-la de todo o conteúdo progressista.

Que seja este caminho preconizado ou acalentado pelos Freitas do Amaral e os Sá Carneiro, pelos monopolistas da CIP ou os grandes agrários da CAP é compreensível e não é nada de admirar — os exploradores pensam e agem como exploradores.

Mas a política de um Governo democrático — mesmo minoritário, sem uma suficiente base de apoio popular e com uma composição predominantemente conservadora, como é a do Governo actual do Partido Socialista, não pode ser essa, não pode apoiar-se em tais critérios de classe.

Mesmo com as suas ambiguidades e omissões graves, mesmo com medidas que apontam à recuperação capitalista, que criticámos e denunciámos, o Programa do Governo do PS levado à Assembleia da República não é um programa do PPD ou do CDS.

A destruição é necessária e fazemo-la, embora esses partidos lhe tivessem assinalado certos pontos de contacto.

Mas a «comunicação» ao País feita pelo Primeiro-Ministro no passado dia 17, repleta de acusações injustas e de ameaças mais ou menos veladas contra os trabalhadores e que teve efeitos desastrosos para o prestígio do PS no mundo do trabalho, «comunicação» já aqui referida por nós, e as afirmações por ele produzidas na «Mesa Redonda» de domingo, destinadas com toda a evidência a apagar, sem o conseguir, a péssima

impressão deixada pelo discurso anterior, fornecem uma interpretação do programa algo diferente e inquietante.

Por outro lado, certas medidas anunciadas agora pelo Primeiro-Ministro para a desocupação de 101 herdades colectivas, onde o direito de reserva é legalmente conhecido e, sobretudo, a forma como as anunciou, não podem deixar de inquietar particularmente todos os obreiros e defensores da Reforma Agrária.

Para quê ameaçar com o emprego da força se os trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo se têm mostrado abertos e interessados no diálogo com o Governo e em resolver pacificamente o contencioso da Reforma Agrária, lá onde a lei o imponha?

A forma como o Primeiro-Ministro fala em «desocupações» e de «emprego da força» é um incentivo às provocações e arrogâncias da CAP.

E conhecido que os reacçãoários da CAP preparam a curto prazo novas investidas violentas contra a Reforma Agrária. O novo «últimato» de Rio Maior indica isso mesmo e é preciso que o Primeiro-Ministro e as autoridades militares, em particular o Conselho da Revolução, meçam bem as responsabilidades de uma cedência aos chantagistas da CAP e de uma resposta pouco firme às suas provocações.

No momento em que se coloca como inadiável o combate democrático contra a crise, afectar com medidas repressivas e graves perturbações o único sector onde se verificam reais progressos económicos e sociais seria um acto indigno de um partido que se diz socialista e de um Governo que se diz disposto a defender os interesses dos trabalhadores.

Repetimos o que afirmámos no início deste artigo: com os trabalhadores, e nunca contra os trabalhadores, é possível encarar-se um projecto sério de saneamento e arranque da economia nacional.

E no diálogo com os trabalhadores, e sobretudo numa justa repartição dos encargos e sacrifícios em que mais pague quem mais ganhe, que é possível assentar-se numa política justa de salários e em necessárias medidas de austeridade.

E no diálogo franco e aberto com os trabalhadores e no respeito pelos seus organismos de classe, é na sua participação crescente e responsável em todo o processo de gestão e produção que uma política de necessárias restrições pode ser compreendida e aplicada.

E necessário reduzir os consumos. De acordo, mas que consumos e quais os mecanismos que é preciso criar e activar?

A consideração dos sectores privados cuja existência o PCP nunca abstraiu, não deve significar o reconhecimento da CIP como interlocutor e ainda menos do seu controlo.

A classe operária tem de lutar em duas frentes: contra a recusa do patronato às negociações salariais, como se deu nos conserveiros e agora na Construção Civil, contra as tentativas de recuperação dos grandes patrões da CIP e ao mesmo tempo contra os demagogos e aventureiros da ultra-esquerda que preconizam a luta por altos salários — em particular dentro das Unidades Colectivas de Produção — absolutamente incompatíveis com as possibilidades reais da economia nacional em geral e das UCP em particular.

Numa luta consequente, mas serena e firme, nestas duas frentes, os trabalhadores em estrita unidade e com o seu Partido — o PCP — saberão defender com justeza as suas aspirações e reivindicações mais sentidas.

ideológica que lhe vem sendo dada por certas forças políticas e pela imprensa de direita, levanta de novo a cabeça e volta a recorrer aos métodos terroristas para atentar contra a situação democrática, intimidar as populações e procurar assim impedir o exercício das liberdades».

UM BALANÇO COMO MUITOS OUTROS

O terrorismo espalha-se por todo o País. Num documento recente, a Comissão Distrital do PCP em Vila Real chamava a atenção para o balanço dos actos terroristas cometidos na região e exigia investigações urgentes, o apuramento da verdade e o castigo dos criminosos responsáveis por estes actos de violência.

— O atentado a tiro sobre camaradas de Vila Pouca de Aguiar, verificado no último dia da campanha eleitoral para a Presidência da República;

— O rebentamento, na noite de 25 de Abril de 1976, de uma bomba nas mãos do «Roto» de Murça, homem manipulado pelos caciques locais do PPD e CDS, pelo Veloso e Ferreira Torres;

— As armas que foram encontradas no sótão do ex-grémio dos vincultores de Santa Marta de Penaguião, que depois desapareceram... Dos resultados das investigações realizadas nada se conhece...

— O assassínio do padre Maximino e da estudante Maria de Lurdes, na sequência de um atentado bombista, que se verificou no dia 2 de Abril de 1976;

— A destruição de uma parte do edifício da Câmara Municipal de Vila Real, em 11 de Fevereiro, em cujo salão nobre se encontrava patente ao público uma exposição sobre a União Soviética;

— Os atentados bombistas que visaram os carros do camarada Maximino, em Chaves; do camarada Adriano, em Valpaços; do militante do PS prof. Martins, na altura em que era presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Murça e ainda os atentados terroristas contra as instalações da empresa «Nova Cerâmica» e da Emissora Nacional, em Chaves;

— As agressões e facedias a militantes do PCP e do PS, bem como os inúmeros boicotes a sessões de

esclarecimento.

Ao praticarem estes atentados contra as liberdades democráticas, as forças da reacção e os seus agentes procuravam desacreditar a democracia, instaurar um poder local fascista e entravar o desenvolvimento da organização e da luta das forças progressistas, designadamente do Partido Comunista Português. Em alguns casos conseguiram mesmo a colaboração, directa ou indirecta, de elementos reacçãoários com responsabilidades. «Hoje, não há dúvidas — sublinha a comissão distrital de Vila Real — de que a mão protectora do ex-comandante da PSP do Porto, major Mota Freitas, se estendeu sobre muitos casos, abafou muitas provas, impediu o avanço das investigações. Não é por acaso que, em nítida manobra intimidatória, os Torres se passeou — lado a lado — com o Mota Freitas, pelas ruas de Murça».

Os acontecimentos de Vila Real repetiram-se com maior ou menor gravidade noutros distritos ainda não incluídos nas investigações policiais. Em Bragança, Viana do Castelo, Viseu, Aveiro, Leiria e noutras regiões continuam impunes numerosos indivíduos conhecidos e identificados como autores de atentados bombistas, como agressores de militantes antifascistas e de dirigentes sindicais, como orientadores dos assaltos a centros de trabalho do PCP e sedes de outros partidos.

Todas as forças democráticas devem exigir o combate eficaz ao terrorismo. Não basta prosseguir sem transigências com as investigações em curso. É preciso dirigir para novas áreas o trabalho dos investigadores a fim de desarticular as redes a fim de evitar que novas se formem. A vigilância deve aumentarnas regiões fronteiriças.

O PCP considera que é dever de todas as forças democráticas continuarem a insistir na exigência do combate eficaz ao terrorismo e no incentivo a todas as medidas que, vencendo as pressões que é de prever estejam a ser feitas, contribuam para o desmantelamento total da rede terrorista e para o desmascaramento dos seus apoios políticos e materiais.

SALVAR APARÊNCIAS NÃO É A FUNÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

A Intersindical Nacional acusa o Ministério do Trabalho de tentar iludir com simulacros de participação um direito constitucional dos trabalhadores organizados e da estrutura sindical existente

Segundo uma nota oficiosa, o Ministério do Trabalho «tem em vias de conclusão projectos» com os quais pretende alterar legislação já existente ou legislar de novo sobre matérias como regulamentação colectiva de trabalho; «transferência de gestão e regularização das empresas em autogestão»; contratos a prazo; «cessação, com justa causa, de contratos de trabalho»; trabalho rural; trabalho doméstico; trabalho de estrangeiros e «revisão dos processos de afastamento compulsivo de trabalhadores das empresas, quando não tenha havido lugar a despedimento com justa causa». Para debate e apresentação de sugestões por parte das organizações de trabalhadores sobre esses projectos «em vias de conclusão», aquele Ministério concede um prazo de quinze dias.

O facto de a matéria ser vasta e de primeira importância para todos os trabalhadores portugueses parece não interferir com a pressa do ministro do Trabalho, dr. Marcelo Curto, o que levou a Intersindical Nacional (Central Única) a denunciar esse prazo de 15 dias como um «simulacro de participação» com o qual o Governo se prepara «para transformar o direito de participação dos trabalhadores numa consulta de fachada à boa maneira do extinto Ministério das Corporações».

Mas a fachada não se limita ao prazo curtíssimo e impraticável. «Enquanto a Constituição — afirma a Intersindical — reconhece aos sindicatos e comissões de trabalhadores o direito de participarem na elaboração da legislação de trabalho», o Ministério do Trabalho vem afirmar que esse direito deve ser exercido na Assembleia da República. «Porém, o Governo — lembra a Central Única — tem competência para elaborar legislação do trabalho, ao abrigo de autorizações legislativas concedidas pela Assembleia da República, ou sobre matérias não reservadas à competência desta. É evidente que, com tal argumentação (a da nota oficiosa) o Ministério do Trabalho pretende afastar a intervenção organizada dos trabalhadores sempre que seja o Governo a tomar a iniciativa de elaborar leis do trabalho como é o caso presente».

O Governo prepara-se «para fazer letra morta da Constituição da República», procurando criar desde já um

FACILITAR A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Oportunamente, o comunicado da Intersindical Nacional sublinha que, «vinda no seguimento do discurso antipopular do Primeiro-Ministro, a nota oficiosa (do MT) anuncia a preparação de graves medidas, cujo objectivo é o de dar concretização aos projectos de recuperação capitalista então expostos ao País».

O Governo propõe-se legislar sobre matérias tão importantes para os

trabalhadores como são a contratação colectiva, os despedimentos, os contratos a prazo, os direitos dos trabalhadores rurais, domésticos e estrangeiros, os saneamentos nas empresas, as empresas sob gestão operária e as cooperativas.

A prática seguída pelo Governo, o discurso do Primeiro-Ministro e as declarações públicas do ministro do Trabalho — prossegue a Intersindical — fornecem infelizmente indicações seguras de que se pretende legislar contra os interesses, direitos e conquistas dos trabalhadores, que não se hesita em violar a Constituição. Pretende-se limitar ainda mais o direito de contratação colectiva; facilitar os despedimentos sem justa causa; impedir a segurança de emprego através da generalização dos contratos a prazo; permitir a reintegração de fascistas saneados das empresas; devolver ao patronato empresas que os trabalhadores salvaram da sabotagem económica. Se assim não fosse — frisa a Intersindical — o Ministério do Trabalho não teria recorrido na sua nota oficiosa aos malabarismos verbais com que pretende fundamentar a violação efectiva do direito à participação organizada dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho, que é garantido pela Constituição».

UMA COMPETÊNCIA FALSA

Por outro lado, é falso que o Ministério do Trabalho tenha competência para elaborar os projectos de lei aqui referidos. Todas essas leis dizem respeito a direitos fundamentais dos trabalhadores e, por conseguinte, como afirma a Intersindical, «são matéria da competência exclusiva da Assembleia da República, nos termos do art. 167.º c), da Constituição». Ora, sobre as matérias indicadas, «o Governo só pode legislar com autorização da Assembleia da República, que não foi concedida. O próprio ministro do Trabalho, dr. Marcelo Curto, anunciou publicamente a sua intenção, depois não concretizada, de pedir autorização legislativa precisamente sobre as mesmas matérias que agora pretende regular, o que não deixa dúvidas sobre a intenção de não respeitar os poderes da Assembleia da República».

A Intersindical, que

«condena severamente mais esta decisão governamental contrária aos direitos dos trabalhadores», apela mais uma vez para a unidade do movimento sindical no combate aos projectos antioperários do Ministério do Trabalho, ao mesmo tempo que manifesta «o firme propósito de tudo fazer para que seja cumprida a Constituição, respeitada a Assembleia da República e garantida a efectiva participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho».

A REALIDADE DA MISÉRIA NO NORTE

Entretanto, os trabalhadores agrícolas do distrito do Porto, reunidos em Assembleia Geral do seu Sindicato, respondiam à mesma nota oficiosa do dr. Marcelo Curto, aprovando uma moção exigindo ao Governo que ordene urgentemente «que aos trabalhadores agrícolas seja aplicada a legislação de trabalho existente», pois «as leis existem, o Programa do Governo existe, e, infelizmente, existe também a realidade da miséria».

Noutra moção, aprovada também naquela Assembleia, os trabalhadores rurais lamentam «o silêncio do senhor Primeiro-Ministro e do primeiro Governo constitucional perante o pedido de entrevista urgente que os cinco sindicatos (agrícolas do Norte e Centro do país) lhe fizeram em 16 de Agosto de 1976» e recordam:

«Por toda a parte se afirma a urgência de solução para os problemas laborais do sector agrícola, mas, entretanto, a realidade mantém-se: despedimentos abusivos e redução de salários, não cumprimento da legislação sobre Previdência, salários de fome, pois de outro modo não podemos classificar salários de 60 a 90 escudos para 9 e mais horas de trabalho».

Neste caso, os trabalhadores agrícolas do distrito do Porto cumpriram o prazo dos 15 dias imposto na nota do dr. Marcelo Curto. Por isso, esperam não a nova legislação, mas a aplicação urgente da que já está em vigor, dentro de um prazo tão curto como pelo menos o do Ministério do Trabalho.

Aparentemente, não seria difícil, pois não há que debater, nem que sugerir. Há apenas que aplicar a legislação que defende os interesses dos trabalhadores.

O TERRORISMO NÃO RECUA PERANTE A CHACINA

Uma delas estava programada para um hotel de Lisboa. Mais uma vez, o objectivo era o deterioramento das relações com um país amigo

«A não ser levado até às últimas consequências o combate ao terrorismo, corre-se, entre outros, o grave risco de ver posto em causa o empenhamento antifascista das mais elevadas instâncias do poder político-militar e de ver desacreditada a situação e as instituições democráticas» — advertia a SIP do PCP numa nota recente a propósito de um engenho explosivo, encontrado num hotel de Lisboa e despoletado a tempo pela PSP. É de assinalar — acrescenta a nota — que «no referido hotel realizar-se-ia mais tarde uma cerimónia promovida pela Embaixada de Cuba para celebrar a assinatura do acordo comercial luso-cubano, sendo evidente a intenção dos terroristas de hostilizar um país amigo da democracia portuguesa e criar dificuldades ao desenvolvimento das relações de cooperação e amizade entre os dois países».

A carga era de grande potência. Se tivesse explodido, seria grande o número de vítimas. Da parte da rede terrorista é evidente a intenção de não recuar perante nada. A fase da destruição de bens

com vítimas acidentais parece ter dado lugar às tentativas de chacina organizada. Era essa a tentativa falhada no hotel. Se o engenho não fosse descoberto a tempo, morreriam certamente dezenas de pessoas.

Para evitar que isto possa suceder hoje ou amanhã só uma coisa há a fazer: destruir por completo a rede terrorista denunciando publicamente e punindo exemplarmente todos os implicados e as forças a que pertencem ou das quais recebem apoio. «O combate firme, resolutivo e decisivo contra os instigadores e executantes das acções terroristas é uma condição essencial para que o regime democrático, que a Constituição consagra, seja uma realidade e uma lei em todo o País», refere ainda o PCP acrescentando:

«Passada a inquietação inicial que se verificou entre as forças reacçãoárias e fascistas face às primeiras operações de desmantelamento da rede terrorista clandestina, a reacção, animada pela campanha de cobertura

O DINHEIRO DOS FASCISTAS

Alguns jornais diários levantaram há dias uma questão preocupante: pides, legionários, patrões sabotadores e figuras conhecidas do fascismo puderam nos últimos três meses movimentar as suas contas bancárias até então congeladas ao abrigo da lei.

Entre os beneficiários do descongelamento contam-se para já o ex-chefe da PIDE em Luanda, Aníbal de São José Lopes; o director do pasquim «A Rua», Manuel Maria Baptista Múrias; quatro membros da família de Rapazote e José Harry de Almeida Araújo, ex-dirigente do Partido Liberal, um dos promotores do 28 de Setembro.

Se não for revisto rapidamente o diploma legal que autorizou esses descongelamentos, dentro de alguns meses, Caetano, Tomás, Rapazote, Mello, Champallimaud, mais tudo o que lhes é próximo e parente, poderão dispor livremente das fortunas, que acumularam à custa do povo português, para sabotar a consolidação da democracia em Portugal.

O mesmo se verifica relativamente aos proprietários de muitas empresas que os trabalhadores passaram a gerir em muitos casos para evitar que patrões sabotadores continuassem a transferir dinheiros das empresas (frequentemente obtidos por crédito bancário) para as suas contas particulares.

Para deter esta ameaça, já concretizada em mais de meia centena de casos, os órgãos do poder devem actuar com firmeza corrigindo a tempo uma situação que atenta gravemente contra a segurança do Estado democrático e contra a economia nacional.

Sindicatos, comissões de trabalhadores, juristas democráticos e progressistas, bancários e todos os trabalhadores devem, por seu turno, actuar no sentido de os grandes magnatas do fascismo não poderem vir a dispor novamente das fortunas que utilizavam para explorar e oprimir o povo português.

ALGUNS DADOS PARA ENTENDER O QUE SIGNIFICAM BLOCOS, PARIDADE E UNICIDADE NO MOVIMENTO SINDICAL

Paridade, blocos e unicidade são termos que com frequência, maior ou menor, se ouvem publicamente nos debates ou em especulações confusas à volta da organização do Congresso de Todos os Sindicatos e na polémica generalizada acerca da unidade do movimento sindical e da existência da central única, a Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses. É voz corrente que essas palavras não são entendidas pela maioria dos trabalhadores naquilo que correctamente significam. Segundo alguns, paridade, blocos, unicidade e outros termos de sabor abstracto deixariam indiferentes todos quantos preferem a experiência, a prática sindical e os seus problemas concretos à explanação teórica e aos termos que utiliza.

Ora a verdade é que essas palavras têm significados muito concretos. Referem-se a realidades próprias do movimento sindical e sobre elas não deve haver dúvidas no espírito dos trabalhadores. Assim, é de toda a conveniência que, sem complicarmos desnecessariamente a questão, passemos mais uma vez em revista os traços mais esclarecedores das realidades concretas a que essas palavras servem de veículo.

A paridade, recusada unanimemente na última Reunião Geral de Sindicatos pelas 170 direcções sindicais ali representadas, é a designação escolhida pelos dirigentes sindicais promotores da «Carta Aberta» para a sua proposta de representação dos sindicatos na comissão organizadora do Congresso. Segundo os defensores da paridade, o secretariado da Intersindical não deveria como tal (posição revista posteriormente) participar nessa comissão que apenas teria, a par, quer dizer, em igual número, direcções de sindicatos afectas e não afectas à Intersindical. Num dos boletins de uma dessas direcções não afectas, os sindicatos que deveriam constituir a paridade são designados por sindicatos unitários e sindicatos unitários.

Esta falsa divisão do movimento sindical é, na prática, o não reconhecimento da estrutura sindical existente e uma tentativa já denunciada para dividir irremediavelmente os trabalhadores sindicalizados segundo as suas filiações ou opções partidárias, sem para tal previamente os ouvir. Porque — convém frisar — as direcções sindicais não ouviram os trabalhadores dos sindicatos que representam sobre essa paridade e sobre muitas outras questões que apresentam ou defendem, falando em nome dos sindicalizados.

Da paridade resultam os blocos em que a «Carta Aberta» (ou algumas das direcções sindicais que a subscreveram) quer ver dividido o movimento sindical. Mas assim como a paridade está muito longe de reflectir a opinião dos trabalhadores portugueses, também os blocos não correspondem às divergências superáveis que se podem detectar no movimento sindical unitário. Os trabalhadores sindicalizados não estão divididos em blocos. E perfeitamente abusivo falar de sindicatos unitários de um lado e sindicatos unitários do outro.

A unicidade não se opõe à unidade. Pelo contrário, defende-a.

Sendo a expressão legal da unidade, a unicidade resume-se afinal na proibição do «pluralismo» sindical representado pelas associações sindicais paralelas. A Lei Sindical em vigor dispõe no seu artigo 7.º que «os sindicatos podem associar-se em uniões e federações e numa confederação geral». Esta confederação geral é a Central Única, a Intersindical Nacional, que já existia muito antes de a Lei Sindical ser aprovada.

Segundo a unicidade não pode haver em todo o País mais do que uma confederação geral de sindicatos. Não pode também constituir-se, para que se cumpra o determinado na lei «qualquer associação sindical que vise representar trabalhadores, cuja categoria se encontre já representada por uma associação sindical do mesmo tipo que abranja a respectiva área». São estas as normas essenciais que compõem a unicidade e delas não se pode deprender que para defesa da unidade seja necessário acabar com a unicidade ou que para que esta subsista se tenha de armar em bloco contra um bloco oposto e irredutível. A unicidade é a defesa legal da unidade contra o «pluralismo», mas não é a unidade nem se confunde com ela.

Por aqui se pode ver que paridade, blocos e unicidade não são simples abstrações que a prática sindical possa dispensar. Para os apoiar ou para os combater, é forçoso que se tenha desses conceitos uma visão correcta que a confusão lançada de fora não possa deturpar. Por isso, a maioria dos trabalhadores não é indiferente ao conhecimento do que essas palavras, significam e dos objectivos que se pretendem atingir quando se fala ou se escreve, com verdade ou sem ela, sobre os factos que elas representam e transmitem.

«POVO UNIDO»: EM FRENTE PELA UNIDADE!

No Encontro Nacional de Unidade recentemente realizado foi formada uma Comissão Nacional Provisória da Frente Eleitoral «Povo Unido» com cerca de centena e meia de pessoas de todos os pontos do País

No final do recente Encontro Nacional de Unidade, foi divulgado o seguinte documento, subscrito pela Comissão Nacional Provisória da Frente Eleitoral «Povo Unido»:

Uma grande batalha democrática

As próximas eleições para os órgãos de poder local têm uma grande importância para o futuro da sociedade democrática portuguesa. A sua realização constitui um factor positivo na institucionalização e estabilidade do regime democrático conquistado pela luta do povo e dos militares patriotas e consagrado na Constituição da República.

Para as forças democráticas, para todos os homens e mulheres progressistas, as eleições para as autarquias constituem, por isso, um momento de ampla iniciativa política e cívica, orientada pelo objectivo de intensificar a participação popular na vida nacional, de desenvolver uma vasta mobilização colectiva para fazer face aos problemas mais prementes das populações e aprofundar o processo de renovação política, económica, social e cultural do País, consolidando em todo o País o regime democrático. As eleições para as autarquias locais colocam à população com grande clareza a imperiosa necessidade de travar uma grande batalha democrática para impedir as forças alheias aos interesses das populações de conquistar novas posições que lhe sirvam de base para a distorção do regime democrático e à sombra das quais tentem manter sectores da população portuguesa sob o domínio e a prepotência dos caciques, submetidas a uma política local marcada pelo autoritarismo, pela corrupção e pelo desprezo dos problemas reais das populações.

Ampliar o movimento pela unidade

Os gravíssimos problemas herdados do fascismo e as pesadas carências de toda a ordem que condicionam fortemente a vida das populações, as imensas tarefas que

é urgente enfrentar a nível local, e a imperiosa necessidade de lhes fazer face reunindo múltiplas energias, aconselham a que a intervenção das forças democráticas nestas eleições se realize pelo comum confronto com esses problemas e por forma a não enfraquecer, antes a dinamizar e ampliar as tradições e sentimentos de unidade, cooperação e solidariedade democrática.

Com as eleições para as autarquias locais, estão ao alcance dos portugueses dar mais um passo para concretizar na vida de todos os dias as normas progressistas da Constituição, escolhendo os programas e os candidatos que mais fortes garantias oferecem a uma actividade firmemente dedicada aos interesses populares e à democratização e progresso social.

Tudo deve ser feito para reforçar os laços de cooperação e solidariedade de entre todos aqueles que estão empenhados na democratização da vida local e no progresso das suas terras.

Um grande esforço pode ser levado a cabo com sucesso, para vencer reservas e incompreensões e aproximar na discussão, na acção e no respeito mútuo, democratas de diversas tendências empenhados na defesa do regime democrático e das perspectivas de progresso social que ele representa.

Sendo uma exigência de luta para construir a democracia e prosseguir no caminho para o socialismo, a unidade democrática, ampla, variada e criadora, é também uma condição essencial para que se possa vir a realizar um trabalho sério no conjunto dos órgãos de poder local.

Nenhuma força verdadeiramente democrática pode, nem deve pretender, assegurar a vitória sobre a reacção nestas eleições e realizar isoladamente um projecto colectivo coerente da administração democrática em todas as freguesias e concelhos.

A intervenção democrática nas eleições para as autarquias locais exige um vasto movimento de unidade de todos os homens, mulheres e jovens progressistas que se unam no caminho da acção comum ao serviço dos interesses populares.

Nas eleições para as autarquias locais, o confronto partidário forçado e artificial vai contra as características deste acto eleitoral e entrando em profundo choque com as aspirações unitárias das populações, traduzir-se-ia num sério prejuízo para o encontro de soluções construtivas dos problemas locais.

O povo português manifestou-se desde o 25 de Abril, de forma expressiva, em diversos momentos e, nomeadamente, em vários actos eleitorais, por um regime



democrático orientado para o socialismo, pela defesa intransigente das conquistas da revolução, por um projecto colectivo assente na realização das suas grandes aspirações de paz, liberdade, progresso social.

«Povo Unido» Frente Eleitoral de Unidade

Com o objectivo de corresponder às largas aspirações e iniciativas de unidade que se estão revelando com impressionante vitalidade em todo o País; com o objectivo de ampliar e estimular, o vasto processo de cooperação democrática que está em marcha, democratas de diversas tendências realizaram um Encontro Nacional de Unidade.

Os participantes no Encontro Nacional de Unidade, analisando as experiências do processo político português e a especificidade dos problemas que aos órgãos de poder local compete resolver, pronunciaram-se pela constituição de uma ampla frente eleitoral.

Correspondendo aos propósitos do Encontro Nacional de Unidade e para lhe dar o necessário suporte jurídico, o Comité Central do PCP e o Encontro Nacional de Delegados do MDP/CDE decidiram constituir legalmente a Frente Eleitoral «POVO UNIDO», com o objectivo de concorrer às eleições para os órgãos de poder local.

No Encontro Nacional de Unidade foi formada uma Comissão Nacional Provisória da Frente Eleitoral «POVO UNIDO» com cerca de centena e meia de pessoas de todos os pontos do País.

A Frente Eleitoral «POVO UNIDO» e as listas que vier a propor estão abertas à adesão e cooperação de todos os homens, organizações, grupos, sectores e correntes de opinião democrática, que, livremente, queiram dar o seu contributo para fortalecer este processo de unidade, na base dos princípios patrióticos da Constituição e do comum empenho em aprofundar a democratização da vida local e o progresso económico e social do povo português.

Neste sentido, o processo de elaboração das listas a propor ao eleitorado pela Frente Eleitoral «POVO UNIDO» terá por base a ampla democraticidade, sendo tais listas constituídas pela forma que melhor corresponder às condições concretas locais, sempre com a preocupação de realizar uma ampla unidade democrática. A Frente Eleitoral «POVO UNIDO» procurará estabelecer relações de cooperação e eventualmente de apoio às iniciativas

unitárias que com o mesmo espírito se desenvolvam a nível local, respeitando a sua autonomia.

Por Administrações Democráticas e uma Política Democrática Local

A Frente Eleitoral «POVO UNIDO» pautará a sua intervenção nas eleições locais pelo propósito de debater por forma serena, responsável e séria, os problemas com as populações, no intuito de assegurar a dignidade do acto eleitoral e a correcta determinação da vontade popular, isenta de paixões, de calúnias e falsificações.

O objectivo imediato de acção da Frente Eleitoral «POVO UNIDO», e que constituirá o seu programa é o empenhamento na solução dos problemas locais mais sentidos pelas populações.

A Frente Eleitoral «POVO UNIDO» bater-se-á por uma política de poder local assente na ampla autonomia dos seus órgãos, princípio que a Constituição explicitamente consagra, o que significa ser dotados dos meios financeiros e técnicos e dos poderes necessários à resolução dos problemas imediatos das populações, ao melhoramento das suas condições de vida, no campo económico, social e cultural, e ao desenvolvimento económico local e regional.

A Frente Eleitoral «POVO UNIDO» lutará por assembleias e administrações democráticas constituídas por homens honestos, de sentimentos democráticos, de comprovada capacidade e espírito de sacrifício, e orientará toda a sua acção com a preocupação da mais ampla gestão democrática, entendida não só como acção dos órgãos democraticamente eleitos, mas também como activa participação popular e em conjugação com as organizações populares de base. A Frente bater-se-á pela completa integração dos órgãos de poder local nos objectivos constitucionais, da consolidação do regime democrático e da construção de uma sociedade mais justa, livre e fraterna.

Com Iniciativa, Unidade e Confiança ao Trabalho!

As organizações políticas e as personalidades independentes participantes no Encontro Nacional de Unidade manifestaram a sua profunda convicção de que no Portugal democrático, hoje amanhã, a respostas para os problemas e interesses comuns não pode estar na intolerância e no divisionismo mas sim na acção comum e na activa solidariedade democrática.

O Encontro Nacional de Unidade, assinalando o carácter progressista das realizações concretas e das experiências levadas a cabo pelas Comissões Administrativas democráticas nas autarquias e na vida local, apela para a participação na grande batalha que se aproxima dos antifascistas que com dedicação e coragem se empenharam na gestão democrática das autarquias.

O Encontro Nacional de Unidade apela para o rápido alargamento e desenvolvimento de uma poderosa iniciativa popular na preparação das eleições para as autarquias locais, para a realização de múltiplas reuniões com as populações para debate dos problemas locais, para a elaboração de listas e democráticas e de unidade, candidatos aos órgãos de poder local, constituídas a partir do diálogo e do entendimento entre as forças progressistas e os antifascistas de diversos horizontes políticos de cada localidade.

Apela a que o povo unido, com a sua acção e o seu voto nas eleições locais, rasque novas perspectivas de uma vida melhor, na liberdade e no progresso.

Com vista a apresentar mais amplamente os seus objectivos e linhas de acção, a Frente Eleitoral «POVO UNIDO» promoverá no próximo dia 1 de Outubro, em Lisboa, um grande comício na Praça do Campo Pequeno.

COMISSÕES ELEITORAIS UNITÁRIAS SURGEM EM DIVERSOS PONTOS DO PAÍS

A consolidação e defesa das conquistas alcançadas pelo povo passa pela escolha de homens e mulheres progressistas para os órgãos de poder local

A preparação das eleições para as autarquias locais é assunto que mobiliza cada vez mais a atenção das diferentes forças políticas, conscientes da importância que as mesmas revestem. Dos resultados eleitorais dependerá, sem lugar para outras alternativas, ou o reforço da democracia ou o avanço das forças reacconárias.

Analisando a presente conjuntura política verifica-se, com apreensão, a tomada progressiva de posições importantes no aparelho de Estado por parte das forças mais retrógradas e reacconárias, ao mesmo tempo que a dúvida política do governo do PS vem permitindo a recuperação capitalista, que mais não significa que o recrudescer da exploração e opressão das classes trabalhadoras.

No momento em que correm sérios riscos as mais importantes conquistas alcançadas com o 25 de Abril, impõe-se urgentemente criar uma frente unitária tão ampla quanto possível que

decisivamente contrarie o avanço da direita e crie condições para a prática de uma política que defenda intransigentemente os interesses das classes trabalhadoras e do povo em geral, tal como está consignado na Constituição.

Compreendendo a necessidade e vantagens de uma tal frente começam a surgir por todo o país comissões eleitorais unitárias para as autarquias cujo objectivo primordial é promover a constituição de listas de cidadãos com um passado político digno, verdadeiramente empenhados na resolução dos problemas mais candentes das populações, independentemente da sua filiação partidária.

Citamos, a título de exemplo, uma reunião realizada no passado sábado em Faro, onde militantes da FSP, MDP, PCP, ex-militantes do PS, PPD e MES, assim como cidadãos sem qualquer filiação partidária deliberaram elaborar para cada concelho

algumas das freguesias portuguesas onde o espírito unitário se consolida e toma forma, nomeadamente na formação de comissões eleitorais para as autarquias locais.

Apontando como objectivo a atingir a formação de listas de unidade para concorrer às eleições, as referidas freguesias propõem-se lutar pela eleição de cidadãos progressistas, conscientes e competentes, dispostos a cumprir a vontade popular.

ELEGER OS HOMENS MAIS VALIDOS

Para a prossecução de tais objectivos foi feito um apelo a todos os democratas e antifascistas, com ou sem filiação partidária, para se unirem em comissões eleitorais unitárias, dando o seu apoio activo e consequente a esta luta, que é a luta de todos os portugueses que desejem a construção de uma sociedade mais justa.

DEMOCRATAS DO DISTRITO DE LEIRIA FORMAM COMISSÃO PRO-ELEITORAL

Um grupo de cidadãos do distrito de Leiria, integrando militantes do PCP, do MDP/CDE e outros democratas sem partido, reuniu-se recentemente na sede do MDP/CDE na Marinha Grande a fim de discutir problemas relacionados com as próximas eleições para as autarquias locais.

Entre outras coisas foi decidido constituir uma comissão amplamente unitária, visando a imediata dinamização do processo eleitoral do distrito, no intuito de alcançar uma solução que melhor corresponda aos interesses da população.

Os serviços de apoio a esta comissão funcionam na sede do MDP/CDE na Marinha Grande.

MOVIMENTO UNITARIO ALARGA-SE NO PORTO

Ramalde, Massarelos, Paranhos e Campanhã são

algumas das freguesias portuguesas onde o espírito unitário se consolida e toma forma, nomeadamente na formação de comissões eleitorais para as autarquias locais.

Apontando como objectivo a atingir a formação de listas de unidade para concorrer às eleições, as referidas freguesias propõem-se lutar pela eleição de cidadãos progressistas, conscientes e competentes, dispostos a cumprir a vontade popular.

Também em Peniche grupos de cidadãos de várias tendências políticas se organizam, unidos pelo anseio comum de progresso para a sua terra.

Convocam-se reuniões, promovem-se discussões alargadas e públicas, busca-se em comum quais os democratas que melhor possam desempenhar as funções inerentes aos órgãos de poder local.

Como eles próprios afirmam, numa vida concelhia democrática há lugar para todos. Basta para isso um desejo de empenhamento sincero e isento nas tarefas da comunidade.

COMISSÃO UNITARIA DE ALPIARÇA ACEITA COLABORAÇÃO E SUGESTOES

Um recente comunicado subscrito por um grupo de democratas de Alpiarça dá conta de que, também naquela terra bem conhecida pelas suas tradições antifascistas, foi criada uma comissão unitária eleitoral. Manifestando o desejo de alargar a sua base unitária de apoio, a referida comissão pede a colaboração de organizações unitárias e aceita todas as sugestões que para tal possam contribuir.

De acordo com o espírito já traçado, esta comissão considera que a composição dos futuros órgãos a eleger devem obedecer principalmente à apresentação das pessoas que melhor possam defender e servir os interesses da população, independentemente de terem ou não filiação partidária.

Todos os sábados se realizarão reuniões na sede local da CDE para debater o problema das autarquias locais.

AS DECLARAÇÕES DE MÁRIO SOARES CRITICADAS POR CARLOS BRITO

Quando combatemos a política económica definida pelo dr. Mário Soares não o fazemos por demagogia. Também pensamos que o país, para se desenvolver, tem de aumentar a produção e a produtividade, observar medidas de austeridade, diminuir os défices das finanças públicas e entre aquilo que se consome e o que se produz. Mas também pensamos, ao contrário do dr. Mário Soares, que essa política só é possível com os trabalhadores, com a sua confiança e intervenção entusiástica e não como está a fazer o Primeiro-Ministro, dando confiança à recuperação capitalista, agrária e imperialista.

— afirmou o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central do PCP, no decorrer de uma sessão anteontem realizada no pavilhão da Associação Académica da Amadora.

Tomando como centro da sua intervenção a crítica às declarações recentes do Secretário Geral do PS, Carlos Brito fez uma análise da actual conjuntura política, chamando a atenção para as graves ameaças que pairam sobre os trabalhadores e as principais conquistas da revolução.

Nesse sentido, o nosso camarada, após salientar

o significado das declarações de Mário Soares que tão aplaudidas foram pelas forças de direita — PPD, CDS, CAP, SIP, em especial — e que representam uma opção de classe, colocou como tarefa principal para a classe operária, os trabalhadores em geral e quantos aspiram pela consolidação da democracia, a resistência à recuperação capitalista.

O movimento operário organizado — afirmou a propósito — aglutinando de forma unitária diversas tendências políticas progressistas deverá, com a sua unidade, ajudar a unir civis e militares que honestamente desejam a consolidação de um Estado verdadeiramente democrático e que não podem estar de acordo com a política defendida pelo dirigente socialista. Os militares progressistas não acompanharão, temos a certeza, uma política agrária e capitalista que desvirtuaria por completo os ideais da Revolução de Abril.

Referindo-se à súbita viragem verificada na política do CDS e do PPD em relação ao governo socialista — contra o qual abriam «fogo» e para o qual começaram a apresentar a sua alternativa, a alternativa da direita — afirmou que a mesma

é o resultado lógico das cedências já feitas à reacção pelo governo, cedências essas que vieram dar ânimo a tais partidos para intensificarem as suas pressões e exigirem novas posições que lhes sejam favoráveis.

Após recordar que para o PCP o inimigo fundamental é a reacção fascista, a direita reacconária, Carlos Brito reafirmou a posição tantas vezes assumida pelo nosso Partido de apoiar o governo do PS em todas as medidas que venham em defesa dos trabalhadores e a favor da democracia.

O movimento sindical e as próximas eleições para as autarquias foram outros dos temas abordados. Em relação ao primeiro sublinhou, nomeadamente — não é por acaso que a ofensiva desencadeada contra o movimento sindical, procurando o seu enfraquecimento e divisão, surge na mesma altura em que muitas forças estão interessadas na concretização de uma política de recuperação capitalista; é que a principal resistência a essa mesma política, anunciada na comunicação do Primeiro-Ministro, é exactamente o movimento operário e popular e, dentro deste, o sindical.

Defender a unidade sindical pela força dos trabalhadores unidos foi, pois, outra das grandes tarefas apontadas.

Detendo-se, em seguida, nas próximas eleições para os órgãos de poder local, Carlos Brito saudou o papel que a nível nacional está a desenvolver a Frente Eleitoral «Povo Unido», que reúne gente progressista de todos os quadrantes. Destacando a importância da unidade como garantia da vitória de mais esta importante batalha, o nosso camarada afirmou que, no respeitante às Assembleias de Freguesia o nosso Partido privilegiaria as listas apresentadas por grupos de cidadãos e, em relação às Comissões e Assembleias Municipais as apresentadas por comissões eleitorais unitárias.

A terminar, Carlos Brito referiu-se ainda à Grande Festa do «Avante!» e à próxima realização do Congresso do PCP que mostrará a grande unidade e coesão do Partido na defesa da classe operária, dos trabalhadores, do povo em geral, da democracia rumo ao socialismo.

Da mesa que presidiu à sessão fizeram ainda parte os camaradas Afonso Abrantes (Sorefame); Jorge Vieira (Cometna); Churra Brita (Cabos Avila); Laura Cunha e Albano Jorge, da C. Concelhia; Manuela Pires, da UEC e Alcindo Costa, da UJC.

O JORNAL DA UDP E O NOSSO «SECTARISMO»

O diário «Página Um» (conhecem?) meteu o nariz no «Avante!» da semana passada para perguntar, agressivo, do fundo de sete linhas, «até onde irá o nosso «sectarismo» acerca da morte de Mao Tsé-Tung!

A nossa paciência é ilimitada e como a folha da UDP pergunta nós respondemos. O «sectarismo» do «Avante!» é coisa que nasce e morre nos pés e na cabeça dos rapazes zelosos da «Página Um». A prova, se a querem, aqui val nestas linhas que se seguem. Leiam com atenção.

Com a morte do presidente Mao Tsé-Tung, a China e o povo chinês perderam o seu grande timoneiro: o Homem que durante mais de meio século, com génio e também com energia e determinação, soube, à cabeça do Partido Comunista da China, mobilizar e conduzir mais da quarta parte de toda a humanidade explorada e oprimida na construção de um mundo novo, amassado com as suas próprias mãos — o mundo do socialismo e da sociedade sem classes.

Também não posso esquecer o realismo da política externa seguida por Mao Tsé-Tung, defendendo a coexistência pacífica com povos de sistemas sociais diferentes e alertando-os contra o social-imperialismo russo, hoje a força mais perigosa, agressiva e expansionista do Mundo (...). Com a morte do presidente Mao o Mundo perdeu uma das personalidades que mais marcaram o nosso século.

A História da China dos nossos dias confunde-se com a história do presidente Mao Tsé-Tung. É a história do revolucionário que, nos tempos tumultuosos da formação do partido, sempre venceu os desvios, os climas e as lutas pela chefia; do comandante que, nas horas amargas da guerrilha e da luta contra o Invasor japonês, sempre comandou; do chefe que transformou a derrota na vitória da longa marcha; do vencedor indiscutido de Chang Kai Check (...); do ideólogo que, para além de Marx e Lênine, construiu o edifício espiritual em que cada chinês teve de habitar até agora (...). As reservas de fé que os espíritos simples (sic) têm para com o transcendente pareciam magnetizadas para (sic) a grande figura do Presidente.

A prosa, como é evidente, não é nossa. O primeiro parágrafo pertence a Amaldo Matos (MRRP), segundo a Pedro Roseta (PPD) e o terceiro a Pedro Vasconcelos (CDS). A coerência do conjunto é quase perfeita. Para a completar, só falta uma qualquer faladura de um qualquer dirigente da UDP.



Trabalhadores agrícolas do distrito do Porto, reunidos no passado dia 19, em Assembleia Geral do seu Sindicato exigiram que a Constituição seja cumprida relativamente à prestação de trabalho e que o Governo «decrete, com urgência, que aos trabalhadores agrícolas seja aplicada a legislação de trabalho existente»

SOLIDARIEDADE DA URSS REFORÇA A REFORMA AGRÁRIA

500 toneladas de solidariedade através de uma oferta de material técnico vindo da URSS tornaram a Reforma Agrária mais forte e os trabalhadores mais confiantes

Abrem-se de alegria os rostos dos trabalhadores das unidades colectivas que, no cais do Entrepósito de Alcântara, assistem ao desembarque das 500 toneladas de máquinas oferecidas pelo povo soviético à Reforma Agrária. Não são sempre os mesmos durante os quatro dias de desembarque porque estão ali para trabalhar, levando os tractores, as charruas, as sementeiras e as outras máquinas até Montemor-o-Novo, local de concentração de todo o material que depois será distribuído em função das necessidades e das particularidades de cada cooperativa. Os guarda-fiscais e outro pessoal do porto não acreditam no que vêem. Uns levados pelo anticomunismo que lhes inculcaram, outros por descrença, respondem ao deslumbramento dos homens que trabalham a terra, com pessimismo: «Vocês vão ver quanto têm de pagar por isto». No fim do ano é que «eles» mandam as contas. Então «eles» iam mandar tanta máquina sem vocês pagarem dinheiro? Serenamente, os trabalhadores das unidades colectivas explicam o que é a amizade, a solidariedade entre os povos, o apoio dos países socialistas aos povos em luta pela sua libertação. Mas os homens do porto, tal

como muitos outros homens trabalhadores, não estão ainda maduros para acreditarem na fraternidade entre os povos, da vida conhecem apenas trabalho duro e exploração. Mas gestos como os da URSS constituem uma lição. «Mas será que «eles» não levam nenhum dinheiro por isto?» — perguntam já alguns na dúvida — «Eu hei-de estar alerta a ver se, no fim do ano, «eles» mandam a conta porque os jornais não-de falar nisso».

Os trabalhadores das unidades colectivas estão conscientes de que também estes homens aprenderão a acreditar na solidariedade internacional, no apoio das forças democráticas. E é sobre amizade e solidariedade que nos começam a falar:

— «Assim se vê quem são os nossos verdadeiros amigos. E para isto que chamamos a atenção das pessoas. Dos países que, alguns dizem ser muito amigos e estarem connosco, só nos vêm dívidas e o auxílio se o há, são os capitalistas a recebê-lo. Será que veio algum tractor de borla ou sementes para a Reforma Agrária da «Europa Amiga» ou dos Estados Unidos? E se viesse, não tínhamos dúvidas que era para nos levarem alguma coisa. O pobre do trabalhador ainda não viu nada

das promessas desses países. Os povos dos países socialistas com menos conversa têm dado provas de solidariedade que não podemos esquecer».

Estão presentes trabalhadores de unidades colectivas dos três distritos do Alentejo. Está representada a Pré-Cooperativa Agrícola «25 de Abril» de Casa Branca, Sousel, Portalegre, um exemplo de como os trabalhadores enfrentam as dificuldades, está presente a Cravo Vermelho, a «1 de Maio», a «Montemorense», «O Sol Nascente» de Serpa, «A Vitória do Povo» de Boleiro, «A Esquerda Vencerá» de Pias e muitas outras nomeadamente de Safira, do Escoural, de Cabrela, do Saborro, do Layre, de Montemor.

«Vieram mesmo na boa hora» — dizem outros trabalhadores. «As sementeiras estão à porta e são bem conhecidas as dificuldades de máquinas que afligem muitas cooperativas. No ano passado, as cooperativas mais dotadas de máquinas emprestaram às mais pobres. Resultado, as máquinas trabalhavam de dia e de noite, de dia numa cooperativa, de noite numa outra. No Escoural, por exemplo, os tractoristas arrancavam para as terras às 3 horas da manhã e só

paravam pela noite dentro. Houve máquinas que só paravam para meter gasóleo. Este ano, pensamos que isto não vai acontecer. Graças à solidariedade dos povos socialistas e sobretudo do povo da União Soviética».

Enchem-se as camionetas das cooperativas e os trabalhadores vão pelas estradas até Montemor onde ficarão as máquinas para serem distribuídas pelas cooperativas com menor equipamento. Após descarregarem as máquinas, os trabalhadores voltam ao cais para embarcar outras. Isto durou de dia 15 a dia 18.

Durante este tempo, transportaram 46 tractores, 48 charruas, 30 reboques para tractores, 10 grades de disco, 27 sementeiras de cereais, 5 cilindros, 5 buldozers, 4 escavadoras, 1265 quilos de sementes west e diversos acessórios para as máquinas. No final a Reforma Agrária ficou mais forte e os trabalhadores mais firmes e confiantes na sua defesa. Porque sabem que não estão sozinhos. Contam não somente com a unidade de objectivos de todos os trabalhadores portugueses mas também com a solidariedade internacional, na qual se destaca a dos países socialistas, nomeadamente da URSS.

DESTRUIDAS TONELADAS DE FRUTA SÓ PARA OS PREÇOS NÃO BAIXAREM

Enquanto parte da população continua a não ter acesso à fruta, esta é destruída às toneladas só para os preços não baixarem

Tal como nos Estados Unidos e no Brasil e noutros países imperialistas ou dominados pelo imperialismo, em que se queimam e destroem milhares de toneladas de produtos alimentares para que os preços não baixem, para que os lucros dos monopólios não sejam afectados, também no nosso País, se está a seguir esse triste exemplo.

Só durante este mês de Setembro, já ocorreram diversos casos de destruição de produtos alimentares. Que tenhamos conhecimento o primeiro caso deu-se no concelho de Torres Vedras onde milhares de toneladas de maçã foram despejadas em logradouros por obra da «Agrofrío», a maior empresa de frutos da região, que entre vender a fruta, armazenada desde a colheita do ano passado, a «baixar o mercado» preferiu, pura e simplesmente, destruí-la. Maior divulgação teve já o caso de produtos alimentares, no valor de milhares de contos, que são triturados na Estação de Tratamento de Lixo de Lisboa. Segundo um vespertino, a lista dos últimos alimentos destruídos nesta estação engloba: cinco toneladas de chouriço enlatado proveniente da Guiné e Cabo Verde, um carregamento de carne congelada proveniente da Roménia, as batatas compradas aos Estados Unidos, toneladas e toneladas de bananas e 104 toneladas de melões.

O que importa aqui não é o estado dos alimentos — muitos dos quais se apresentam deteriorados porque são armazenados em

péssimas condições ou por tempo excessivamente longo, tão longo que é correcto falar em apodrecimento como é o caso do bacalhau — mas, segundo a óptica capitalista, que os preços ao consumidor não baixem.

O caso do melão é esclarecedor: o produtor recebe 4\$50 pelo quilo que o consumidor vai pagar 7\$30, sendo a diferença engolida pelo aparelho intermediário. Para que este seja poupado, destrói-se e continuará a destruir-se melão e outros produtos.

Estes acontecimentos passam-se no nosso País, onde ainda existem crianças, homens e mulheres que conhecem a fome. E quando dizemos fome referimo-nos não apenas àqueles que comem insuficientemente, mas também aos que podem encher-se de pão, batatas e, quando o rei faz anos, de sardinha ou azeitona, mas para os quais é um luxo o leite, as frutas, a carne, o peixe e outros alimentos ricos em proteínas. Sob o ponto de vista qualitativo, não há dúvida de que no nosso País existe muita e muita gente com fome.

Resultado do estado de subdesenvolvimento a que a maioria da população foi condenada em virtude da política fascista sob o lema «tudo para os monopólios, nada para o povo», esta situação manter-se-á se não for prosseguida, com determinação, uma política orientada no bem-estar do Povo, no aumento do poder de compra, no desenvolvimento do mercado interno, no restabelecimento da economia não em termos capitalistas

mas segundo a via democrática. Isto constitui uma garantia da Constituição que, em alguns aspectos, o programa do Governo vem confirmar. Mas da teoria à prática continua a ir uma distância que só pode ser ultrapassada, neste momento, pela organização e a unidade dos trabalhadores firmes na conquista das suas reivindicações e direitos. Porque se a Constituição e o Programa do Governo dizem uma coisa e, na vida de todos os dias, se pratica outra bem diferente e até oposta, os trabalhadores sentem-se cada vez mais traídos e compreendem que só podem contar com as suas próprias forças. O povo não vive de palavras e mesmo estas são cada vez mais claras nas declarações de determinados governantes deveras preocupados com a recuperação capitalista, com o estreitar de laços com o imperialismo e dispostos a «restabelecer» a economia à custa dos trabalhadores, propósitos que lhes merecem a confiança dos capitalistas cada vez mais sorridentes e afoitos.

Isto verifica-se em todos os planos da vida nacional, a nível geral e particular, nas grandes e pequenas coisas. O caso da fruta é uma destas «pequenas coisas» em que fica bem patente a opção política dos que querem continuar a manter o parasitismo comercial, a especulação. O que importa é que o aparelho dos grandes intermediários e comerciantes não seja afectado. Nem que para tal seja necessário destruir toneladas de fruta que constituem um prazer — e uma

necessidade — proibidos para muitas crianças portuguesas, para muitas mulheres e homens por esse País fora.

Acontecimentos destes continuarão a ocorrer enquanto, tal como diz o Programa do nosso Partido, não se proceder à «liquidação da especulação, do parasitismo comercial e dos monopólios de compra, de distribuição e de venda de produtos agrícolas, pecuários e florestais pelos grandes industriais e pelos grandes agrários», enquanto não se realizar a «reorganização do aparelho comercial dos produtos agrícolas, pecuários e florestais na base da colaboração do Estado com as cooperativas de agricultores, de forma a garantir preços remuneradores aos produtores sem sobrecarga dos consumidores».

Enquanto, em suma, não for conduzida uma política orientada segundo os interesses das massas trabalhadoras.



CIDADE DO LIVRO E DO DISCO NA FESTA DO «Avante!»

dias 24, 25 e 26 de Setembro

Feira Internacional de Lisboa

AVANÇAR COM A REFORMA AGRÁRIA — NECESSIDADE APONTADA EM BEJA

Cerca de 1300 trabalhadores obreiros da Reforma Agrária reunidos no Plenário Distrital de Beja

Mais uma vez, os obreiros da Reforma Agrária debateram os seus problemas, indicaram direcções, colocaram exigências comuns a todos os que estão empenhados na construção da democracia no país.

Sucedeu no passado domingo, dia 19, em Beja, com a realização do plenário distrital que reuniu as comissões sindicais de 67 freguesias, as comissões directivas de 48 unidades colectivas de produção agropecuária e as comissões de trabalhadores de 13 unidades colectivas, num total de 1300 trabalhadores, muitos dos quais mulheres.

O relatório, que serviu de base aos trabalhos e conclusões do plenário, resultou de uma ampla discussão em plenários escalonados por freguesia, concelho e distrito. O plenário distrital caracterizado pela vivacidade de intervenções, pelo entusiasmo e pela determinação em defender com unhas e dentes as conquistas da Reforma

Agrária, teve os seus trabalhos orientados por uma mesa onde se encontravam a direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito, Manuel Godinho pelo Secretariado da Intersindical e Valverde Martins pela União dos Sindicatos de Beja.

Relativamente às questões mais importantes com que se debate a Reforma Agrária, os trabalhadores decidiram:

— O direito de reserva só será atribuído depois de concluído o processo das expropriações, exigindo os trabalhadores ser consultados e não admitindo a amputação das unidades colectivas de produção;

— Quanto às indemnizações aos grandes agrários, os trabalhadores recordam que: a depauperação da agricultura é devida ao domínio dos latifundiários durante o fascismo; recordam a sabotagem económica com que estes procuraram travar o processo da Reforma Agrária e o caminho de libertação do povo; a exploração a que

sujeitaram as massas trabalhadoras — baseado nestes factos, o plenário manifestou a sua oposição perante os milhares de contos que de mão beijada o governo se propõe oferecer a esses senhores capitalistas;

— Relativamente ao estatuto da terra, os trabalhadores «reclamam que as terras expropriadas sejam património nacional, concedendo-se às Unidades Colectivas de Produção Agrícola ou Cooperativas de Produção Agrícola, o usufruto perpétuo dessas terras, defendendo e estimulando as novas formas de organização criadas com a Reforma Agrária»;

— A garantia de créditos às unidades colectivas e a cessação imediata da discriminação de crédito ainda vergonhosamente concedido, em muitos casos, preferencialmente ao grande agrário, foi outra das reivindicações aprovadas;

— Quanto à Previdência, os

trabalhadores pronunciaram-se pela sua participação na gestão, por melhores reformas, assistência médica regular e eficaz, medicamentos gratuitos e abertura de postos médicos em todas as freguesias;

— No respeito a questão da contratação colectiva, os trabalhadores decidiram constituir «uma comissão de delegados sindicais e de comissões directivas com vista a procurar junto do Governo as condições que possibilitem um aumento salarial sem ser posta em causa a Reforma Agrária».

No decorrer do plenário, foi anunciado um acontecimento de importância fundamental para o reforço da organização e da unidade dos trabalhadores que, com o seu trabalho e combatividade, constroem a Reforma Agrária: trata-se da Grande Conferência dos Trabalhadores das Cooperativas, Pequenos Agricultores e Técnicos ligados à Reforma Agrária que se realizará nos próximos dias 9 e 10 de Outubro.

EM DEBATE O PROBLEMA DOS ADUBOS

Cooperativas da Beira Litoral e Comissões de Trabalhadores das empresas adubeiras debatem problemas de fornecimento e distribuição de adubos

Desprestigiar o cooperativismo agrícola aos olhos dos pequenos agricultores é o objectivo principal de grandes armazénistas que açambarcam stocks de adubos enquanto as cooperativas de comercialização agrícola se debatem com a falta do produto, não podendo abastecer os seus associados. Este crime, no qual é visível a mão da reacção, foi vigorosamente denunciado no passado dia 18, sábado, num encontro de cooperativas de comercialização e de produção agrícola da Beira Litoral e elementos de Comissões de Trabalhadores das empresas adubeiras, promovido pela CRA, Cooperativa da Reforma Agrária, em Coimbra.

Encontravam-se presentes cooperativas de produção do Barcoço (Mealhada), Unigrato (Cantanhede), Unigrato (Mira), cooperativas de comercialização de Bureiro (Murtosa), de Condeixa, da Figueira da Foz, de Vale do Mondego, de Ferreira-a-Nova, de Tocha e de Vagos e representantes das Comissões de Trabalhadores da Amóniaco Portuguesa, da CUF, dos Nitratos de Portugal e da empresa belga SAPEC. Além dos técnicos Pinto Cardoso e Ribeiro Lopes, representantes da CRA, participaram nos trabalhos elementos do Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Agrário, SADA, e da Comissão de Reestruturação do Sector Adubeiro.

Os elementos das Comissões de Trabalhadores das empresas adubeiras expuseram os seus planos quanto à reestruturação do sector em moldes que este possa realmente estar ao serviço das cooperativas e dos pequenos agricultores, associados ou não. Os elementos das cooperativas manifestaram igualmente o seu ponto de vista, sendo um dos acentos tónicos do debate sobre a especulação de sementes e de fertilizantes de sementes de adubos. Neste importante encontro que constitui simultaneamente uma prova da real unidade entre trabalhadores da cidade e do campo e um exemplo de como esta se reforça no trabalho prático, foi aprovada uma moção que sintetiza os pontos fundamentais da discussão.

Nessa moção, exige-se:

«1 — Que seja regularizada a distribuição de adubos, que cheguem aos agricultores por via mais directa e nas melhores condições de preço que deve ser uniforme para todo o país;

2 — Que se concretize a indispensável reestruturação do sector adubeiro, que permita a planificação da produção, que acabe com a concorrência entre as empresas, que liberte os circuitos comerciais dos parasitas e que racionalize e reduza os custos dos transportes de adubos;

3 — Que desde já seja tirado em conta pelo centro coordenador das empresas do sector adubeiro, que deverá ter a participação das associações agrícolas e sindicais, a necessidade de racionalizar a gama de produtos e que o adubo seja apresentado em sacos de tipo único com a indicação da sua composição química, acabando-se com a existência de várias marcas para o mesmo produto;

4 — Que o fornecimento de adubos seja feito prioritariamente às cooperativas e que sejam estabelecidas condições de preferência nos preços aos pequenos agricultores através das suas associações e às unidades colectivas e cooperativas de produção;

TRABALHADORES DE ÉVORA EXIGEM POLÍTICA DE CRÉDITO E APOIO

A realização de uma verdadeira política de apoio à Reforma Agrária constitui a reivindicação que sintetiza as decisões tomadas pelo Plenário das Comissões de Trabalhadores das Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção do Distrito de Évora, reunidas no passado sábado, dia 18, no Teatro Garcia Resende.

Unanimemente aplaudidas, destacam-se as seguintes exigências que correspondem a necessidades legítimas dos trabalhadores empenhados no avanço da Reforma Agrária:

— Que até ao final deste ano se proceda à eliminação dos latifúndios, segundo o teor da Constituição, finalizando a expropriação das terras;

— Que seja criada uma comissão com o fim de os trabalhadores acompanharem a concessão de reservas a quem a elas tiver direito, por lei, sendo os trabalhadores da opinião que as reservas se devem processar durante 1977;

— Que o Governo garanta preços justos e o escoamento dos produtos agrícolas, nomeadamente às cooperativas e às UCP,

eliminando a rede parasitária de intermediários;

— Que se avance rapidamente na realização de uma política de crédito e de apoio à Reforma Agrária, tal como estabelece a Constituição.

Numa das moções aprovadas por unanimidade no decorrer do Plenário, os trabalhadores exigem que «na cobrança do crédito agrícola seja levado em conta que os trabalhadores, na falta de créditos, se viram obrigados a utilizar dinheiros dos seus salários no pagamento de sementes, gados, alfaias e máquinas», que «técnicos dos Centros da Reforma Agrária deixem de intervir no funcionamento das cooperativas e das UCP's» e ainda que «as leis da Reforma Agrária deixem de ser feitas nas costas dos trabalhadores».

O tom dominante deste plenário vem mais uma vez confirmar a firme determinação dos trabalhadores em defender a Reforma Agrária, consolidando-a, fortalecendo os laços de unidade entre a sua classe e a aliança entre os trabalhadores dos demais sectores de actividade.

AGROVOUGA — 76

A afluência de pequenos e médios agricultores à Agro-Vouga 76, Feira Regional, que se realizou em Aveiro, testemunha o interesse dos que trabalham a terra pelas questões da promoção agrícola. A maioria destes agricultores são pequenos produtores de leite — muitos apenas com uma ou duas vacas — estafando-se num trabalho insano sem que, nas suas próprias palavras, «passem jamais da cepa torta».

A Agro-Vouga contém algumas das respostas ao anseio dos pequenos e médios agricultores de melhorarem a vida. Para já, a base económica é favorável. A exposição-feira dá uma ideia bastante completa das muitas potencialidades — inaproveitadas ou subaproveitadas — da Bacia do Vouga. A produção de leite e o aproveitamento do Vouga são as principais. Duas condições se impõem para o seu desenvolvimento: o associativismo dos pequenos agricultores e o investimento por parte do Estado.

Estes temas foram abordados durante a exposição-feira. Também ligados às conquistas de trabalho e de vida da população trabalhadora da zona debateu-se a Lei do Arrendamento Rural, a previdência rural, a questão de adubos e rações, o gado, a madeira e os baldios.

A dispersão da propriedade dividida e dispersa é um obstáculo ao desenvolvimento. Como dizemos, a maioria dos produtores de leite explora apenas um ou dois animais. O único meio de ultrapassar a situação de miséria em que vivem — e que leva muitos a abandonarem a actividade

— é a criação de estruturas associativas que permitam a construção de estábulos colectivos e de ordenha mecânica e a assistência técnica e clínica à produção. A região tem já uma forte tradição no domínio do associativismo agrícola. Em 1924 foram ali criadas as primeiras cooperativas leiteiras do país. Apolar e desenvolver esta tradição é a única via para melhorar a situação dos trabalhadores da terra e das populações e de restabelecer a economia nacional pois que o aumento da produção do leite e da carne significará uma substancial redução de divisas gastas com a importação desses produtos.

Recordemos que a região de Entre-Douro e Mondego é a principal abastecedora de vacas leiteiras de todo o País e que garante 400 milhões de litros de leite por ano (só para Lisboa, vêm diariamente 100 a 120 mil litros de leite em natureza). Esta região é também a maior fornecedora de carne. A produção do leite e da carne poderia ser aumentada em cerca de um terço com um esforço do investimento. A opção que se põe ao Governo é clara, ou continua a importar leite e carne (congelada e a preços altos) ou lança um investimento na zona que represente o aproveitamento das suas imensas potencialidades. Numa palavra, ou se prossegue numa política de endividamento do País à «Europa amiga» que nos coloca numa situação de maior dependência ou o Governo, interpretando a vontade do povo trabalhador, defende os seus interesses por um futuro melhor, pela independência nacional.

MORREU UMA CAMARADA

Faleceu na Venda do Pinheiro, a camarada Inês Ferreira Mósca Pinho, de 74 anos. Filada no nosso Partido desde 1944, prestou uma ajuda valiosa aos nossos

milittantes durante a ciadestindade.

O «Avante!» endereça à família da camarada Inês Ferreira sentidos pêsames.

de novo à venda

INTRODUÇÃO AO MARXISMO

Uma concepção científica do mundo — a luta do desenvolvimento social e a sociedade capitalista e a luta imperialista do capitalismo — As lutas de classes e o Estado — A sociedade socialista e a concepção marxista da natureza — Um guia para o avanço.

EMILE BURNS

Gratuito: CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO — LEMBRANDO: A LUTA DO PROLETARIADO — A LUTA DO PROLETARIADO — A LUTA DO PROLETARIADO — A LUTA DO PROLETARIADO

UDP: A CONTRA-REVOLUÇÃO MASCARADA DE «ESQUERDISMO»

O anticomunismo, o divisionismo e a miopia política revelados em factos concretos

Ninguém sabe de revolução alguma que triunfasse sob a direcção do aventureirismo. Pelo contrário, todas as revoluções triunfantes tiveram de combater, simultaneamente, as velhas classes reacçãoárias e as concepções e métodos irresponsáveis.

O aventureirismo conduz à derrota. Isto é ilustrado por inúmeros e por vezes trágicos exemplos. Pesadas são as responsabilidades do aventureirismo «esquerdista» na queda trágica do regime de Unidade Popular no Chile e no recuo da Revolução Peruana, assim como são abundantes os seus efeitos nocivos na Revolução Portuguesa.

O aventureirismo «esquerdista» tem, em Portugal, gravíssimas responsabilidades por pesadas derrotas para que arrastou, com a sua falta de serenidade, de lucidez e de perspectivas políticas, muitos trabalhadores, e pela influência que teve em certos sectores das Forças Armadas.

Por outro lado, há que distinguir entre os «esquerdistas» (revolucionários imaturos e inconsequentes) e aqueles que, sob uma máscara pseudo-revolucionária escondem unicamente aspectos particulares do anticomunismo. Entre estes, que não podem ser encarados benevolmente como «esquerdistas», mas como contra-revolucionários que são, situa-se o grupo anticomunista UDP/PCP(r).

Quando um grupo político, analisando a correlação de forças num dado momento afirma que «as forças não são iguais» e que os reacçãoários estão em condições de «passar ao contra-ataque descarado» (J. Mário Branco, comício da UDP, 25/7/75) e depois disto conclui que «é necessário escorregar» o PCP (comício da UDP, 11/8/75) ou, por outras palavras, há que «lutar para desfazer os cunhalistas» (comício da UDP, 7/9/75), não estamos perante manifestações de imaturidade mas face a inimigos do movimento popular que pretendem desarmá-lo politicamente, combatendo a sua força mais organizada e experiente.

A teoria e a prática do anticomunismo

Para muita gente iludida, a UDP não será, no essencial, um grupo anticomunista, mas um partido de esquerda com posições fortemente críticas em relação ao PCP. Há que esclarecer que não há anticomunismo «de esquerda». O anticomunismo é sempre reacçãoário e, venha de onde vier, serve sempre e só os principais inimigos do nosso povo.

A própria existência da UDP é um sinal de anticomunismo. A UDP existe porque, segundo diz, não existe o Partido Comunista. A UDP é mais um grupo pequeno-burguês que anda a «reorganizar» — como o MRPP — ou a «reconstruir» — como o PCP(r) — o partido do proletariado.

Aliás é sintomático que, numa situação democrática, a UDP esconda a composição social da sua direcção, o que se explica por a UDP querer ocultar que na sua direcção predominam radicalistas pequeno-burgueses de origem estudantil, muitos elementos respecados do MRPP e renegados que traíram a classe operária e o Partido.

CONTRA O MPLA

A UDP pretende ainda esconder que é hoje a principal expressão do maioismo em Portugal, dado o desprestígio do maioismo e o descrédito em que caíram, pela sua prática política coincidente com os objectivos da reacção, os grupelhos provocatórios MRPP e AOC/PC de P (ml). Mas a verdade é que, perante o descrédito de tais grupelhos — que já cumpriram a sua «missão histórica» — o maioismo está virando o fundamental do seu apoio para a UDP/PCP(r), embora mantendo ainda relações «oficiais» com os outros. A coincidência das posições de todos estes grupos e grupelhos, designadamente no caso de Angola, é no entanto esclarecedora.

Com efeito, a posição da UDP em relação à luta do povo angolano, igual à posição da China, é o mais flagrante exemplo da sua instrumentalização pelo imperialismo.

Todos estamos lembrados que a UDP recusou o apoio político material e moral ao MPLA; criticou o facto de os trabalhadores portugueses gritarem «MPLA» na manifestação popular de 16 de Novembro de 1975; liquidados os movimentos fanfanchos FNLA/UNITA, apoiou e promove um outro, a OCA e constituiu-se embaixador das suas manobras de provocação e subversão contra a RP de Angola.

CONTRA O PCP E AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

Embora procure demarcar-se de outros grupelhos provocatórios aos quais o imperialismo e a reacção destinam o papel de tropa de choque contra as forças de esquerda, e em particular contra o PCP, a UDP só por uma questão de método se distingue do MRPP e da AOC e, mesmo assim, cada vez se distingue menos.

No auge da vaga terrorista de Agosto de 1975, nomeadamente contra o nosso Partido, a UDP falava do «justo ódio do povo» ao PCP e em «lutar para desfazer os cunhalistas» (comunicado de 7/9/75). Após as eleições para a Assembleia da República, em que foram criadas as condições aritméticas para uma maioria de esquerda, o deputado da UDP, Afonso Dias, alertava: «O PCP não pode fazer parte do Governo» (29/4/76).

A UDP actua apenas com um objectivo: dividir a classe operária e o movimento popular e dispor ao PCP o papel dirigente da luta de massas que o Partido conquistou com a sua abnegada luta ao longo dos anos. Não foi por acaso que em plena campanha eleitoral o jornal da CIP apresentou a UDP como «a grande alternativa de esquerda ao PCP» (15/4/76).

A posição e a actuação da UDP em relação aos governos provisórios coincidiam com os objectivos da direita. Do V Governo dizia a UDP (comunicado de 11/8/75) que era «antidemocrático e antipopular» — talvez por ser o primeiro que não era entravado por dentro pela acção de ministros «populares-democráticos» — acrescentando que «as massas não devem dar-lhe nenhum apoio». O mesmo dizia toda a reacção e a direita, e o MRPP dizia-o quase pelas mesmas palavras: «nenhum apoio ao governo provisório». Do general Vasco Gonçalves, dizia a UDP, insurgindo-se contra o grito de «Vasco, Vasco», numa manifestação popular, que «o Primeiro-Ministro do II ao V Governos é responsável por inúmeras medidas impopulares» (comunicado de 18/11/75).

O anticomunismo leva a UDP a atacar todos os governos provisórios em que o PCP participou, para ali defender os interesses dos trabalhadores. Diz a UDP numa tese próxima do MRPP, que «tudo o que o povo conseguiu de bom foi em luta contra os governos provisórios» (manifesto eleitoral da UDP, 1976).

A UDP é alheia às conquistas da Revolução

A UDP procurou deturpar o significado do 25 de Abril: a conjugação de um movimento militar patriótico com um movimento impetuoso de massas. No manifesto da sua Comissão Promotora (3 de Janeiro de 1975), a UDP qualificava a «intervenção libertadora do MFA como destinada a «salvar o capital da bancarrota» e a burguesia de uma revolução iminente, tese idêntica à do MRPP e da AOC. O primeiro considerou o 25 de Abril um golpe de Estado conduzido por um sector da oficialagem do exército colonial-fascista», acrescentando que «qualquer que seja

o resultado da luta reacçãoária intestina, o povo e a classe operária nada podem esperar»; o segundo afirmou que «foi porque o barco fascista já metia água por todos os lados que a burguesia sentiu necessidade de mudar de barco».

Para estes grupos pequeno-burgueses não há lutas senão entre facções da burguesia. Assim se nega ao proletariado, apesar de todo o palavreado em contrário, o papel protagonista na História. Também analisando a crise político-militar do Verão de 1975, a UDP concluiu ser a burguesia que estava dividida (V. Guinot, comício da UDP, 11/9/75). Pouco antes (comunicado da UDP de 25/8/75), a UDP afirmava que «o 25 de Abril foi uma coisa boa». Como não conseguiu acertar o passo por uma interpretação correcta do movimento da História, a UDP assentou por fim numa fórmula acrobática para o que desse e viesse: «Não houve só um 25 de Abril, houve dois» (II Congresso da UDP, Fevereiro de 1976). Mas as contradições, fruto do oportunismo, não acabaram. Afirmando embora que «o 25 de Abril do povo ainda não triunfou», louvou em seguida o major Otelo como grande obreiro da vitória do 25 de Abril. De qual, não o dizem. Será do outro?

Uma análise das posições da UDP em relação a cada um dos grandes avanços da revolução, leva-nos a duas conclusões: a UDP descobre-se depois de realizados — a partida encara-os com desconfiança e hostilidade — e a UDP, pese embora todo o seu palavreado populista, menospreza o papel das massas populares, encarando cada acontecimento como uma manobra alheia à acção das massas e contrária aos seus interesses. As nacionalizações para a UDP como para o PPD, começaram por ser a abertura para o «capitalismo de Estado», o «Estado-patrão»; a Reforma Agrária começou por ser uma manobra do PCP que «tem empurrado os pequenos e médios agricultores, contra os assalariados rurais».

A UDP procura igualmente deturpar o grande significado das transformações revolucionárias para justificar a sua ausência quando elas se produzem. Mais tarde, por oportunismo, começa então, discretamente, a falar em defender as conquistas da Revolução.

Por outro lado, a UDP tem de algumas dessas conquistas uma perspectiva inteiramente reformista e direitista. Sobre o controlo operário, por exemplo, a UDP limita-o a aspectos de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, ignorando que a única maneira de os defender é fazer avançar a economia em direcção ao socialismo. Mas a demagogia e o oportunismo não se compadecem com o rigor científico.

Também em relação à Constituição a posição da UDP andou ao sabor da demagogia e da irresponsabilidade. Em Janeiro de 1976, numa altura em que a direita reacçãoária estava fortemente animada, a UDP (Afonso Dias em entrevista ao «Diário de Notícias») pronunciou-se a favor de que se submetesse a Constituição a um referendo, tal como a reacção pretendia. Três meses mais tarde a UDP (entrevista a «A Capital») afirmava ter votado a favor da promulgação da Constituição tendo em conta todos os seus aspectos positivos». Isto depois de ter chamado à Assembleia Constituinte «ninho de lacraus» e de ter exigido a sua dissolução, irresponsabilidade de que a direita ainda hoje acusa o PCP.

A UDP contra a unidade do movimento popular

Alheia às lutas populares, a UDP descobriu tarde o movimento popular de massas e as suas estruturas. No Manifesto da sua Comissão Promotora (3/1/75) não há qualquer referência às comissões de trabalhadores e de moradores, que já eram, ao tempo, estruturas que davam ao movimento de massas a garantia da sua intervenção na vida nacional.

Não podendo negar a existência de um forte movimento popular, mas condicionada pela sua tese da não existência de um partido da classe operária, a UDP não explicou nunca como é que numa situação política tão complexa e numa correlação de forças tão instável, os trabalhadores terão conseguido, ao que diz a UDP sem direcção política e sem organização, vencer tantas batalhas e unificar politicamente as suas lutas. Isto é, vencer tantas batalhas, sem a UDP.

Também em relação ao movimento sindical a UDP, como aliás reconheceu em circular interna, acordou tarde. Em palavras, a UDP não contesta a unidade sindical. Em palavras, chega a condenar o direito de tendência. No entanto, as suas tentativas para dar vida a organismos paralelos às direcções sindicais — caso da chamada Comissão de Unidade Operária Metalúrgica e das publicações anónimas publicadas sob a sua égide na Siderurgia e na Lisnave — representam na prática um comportamento divisionista e desagregador similar ao direito de tendência.

É necessário combater o aventureirismo esquerdista

Quando, após as eleições presidenciais, a UDP considerou «terem sido largamente atingidos os objectivos que nortearam a sua acção» comunicado da UDP, 1/7/76) os trabalhadores que se deixaram iludir pelo oportunismo da UDP compreenderam que tais objectivos não eram «na certeza da vitória de Otelo» (comunicado do Conselho Nacional da UDP). Otelo não ganhou, como afirmava a UDP/PCP(r) — «o povo já escolheu, a vitória é de Otelo» (comunicado do CC do PCP(r), 7/6/76) — mas a UDP considerou atingidos os seus objectivos.

Ficou claro que para a UDP os objectivos não são bater a direita reacçãoária mas, pelo contrário, dar à reacção o inestimável contributo de trunfos contra o movimento popular e, em particular, contra o PCP.

As eleições presidenciais confirmaram os perigos das ilusões e da demagogia esquerdista pseudo-revolucionária. Há que tirar daí todas as lições e desmascarar os intentos divisionistas, desagregadores e provocatórios de todos aqueles que, procurando apresentar-se como «frente de massas» — chamem-se UDP ou GDUPS — apenas procuram mais facilmente encobrir os seus objectivos divisionistas para actuarem contra a unidade dos trabalhadores e contra o PCP, para procurarem impor a sua hegemonia e o seu controlo ao movimento popular e a sectores antifascistas.

Hoje, que o carácter reacçãoário de grupelhos como o MRPP e a AOC está definitivamente desmascarado, o maioismo destina à UDP as tarefas de divisão e desagregação do movimento popular. A UDP é o MRPP «reorganizado».

Os interesses dos trabalhadores só podem ser eficazmente defendidos, e a democracia só pode ser consolidada e prosseguida com o PCP e nunca contra o PCP.

Quem faz do PCP um inimigo e do seu enfraquecimento um objectivo de luta só merece a desconfiança dos trabalhadores.

O combate político e ideológico contra o aventureirismo «esquerdista», o desmascaramento das suas concepções pseudo-revolucionárias, dos seus intuitos divisionistas e anticomunistas, da coincidência da sua prática com as posições políticas da direita, é condição essencial para se fazer frente com sucesso à direita reacçãoária e para se reforçar e desenvolver a luta operária e popular.

(Resumo de um texto editado pela SIP do PCP)

O MEIC AO SERVIÇO DE QUEM?

Governo minoritário de Mário Soares ataca furiosamente conquistas alcançadas no campo do ensino

Dos mais diversos sectores progressistas da opinião pública surgem de forma crescente os protestos contra a política de direita que está a ser levada a cabo pelo actual responsável do MEIC, dr. Sottomayor Cardia.

Com efeito, desde a tomada de posse daquele dirigente do Partido Socialista como ministro da Educação o País tem assistido, não sem alguma surpresa, ao saneamento de pessoas bem conhecidas pelas suas conseqüentes posições democráticas, à reintegração de outras por sua vez bem conhecidas pela defesa que fizeram — e fazem — das estruturas fascistas, e ainda ao aniquilamento puro e simples de algumas das principais medidas progressistas levadas a efeito no sector da educação desde o 25 de Abril.

Estão neste caso, por exemplo: o fim do ensino unificado a partir do 8.º ano de escolaridade, optando-se pelo divisionismo entre o Ensino Técnico e Liceal; a substituição da disciplina de Ciências Sociais do 7.º ano de escolaridade pela de História de Portugal, negando-se, desta forma, aos alunos a possibilidade de enfrentar as realidades actuais numa perspectiva da sociedade

socialista consignada na Constituição; extinção das actividades Cívicas e Politécnicas, que permitiam aos alunos um verdadeiro contacto com a comunidade em que estão inseridos; extinção do Secretariado para a Renovação do Ensino Secundário, do Instituto de Inovação Pedagógica e dos Centros Regionais de Apoio Pedagógico, que eram importantes estruturas de apoio e formação pedagógica dos professores a nível nacional; substituição da disciplina de Teoria e Dialéctica da História, do 2.º ano das Escolas do Magistério Primário, pela Introdução à Política com programa idêntico ao dos Cursos Complementares do Ensino Secundário, o que mais não significa que um retrocesso que coarctava a legítima aspiração dos professores a uma formação superior; estabelecimento de datas utópicas para a recondução de professores para o ano lectivo de 76/77, cujo objectivo claro é lançar o descrédito sobre as Comissões de Gestão e pôr em causa a sua existência, etc., etc.

É curioso assinalar que todas estas medidas foram anunciadas precisamente numa altura em que a quase totalidade dos professores

— para já não referir os alunos — se encontra de férias. Estranha interpretação esta da tão apregoadada vivência democrática a que continuamente se referem os ministros socialistas, nomeadamente o actual responsável pelo Governo, dr. Mário Soares...

É igualmente curiosa e não menos estranha a coincidência existente entre a política que tem vindo a ser desenvolvida pelo dr. Cardia e as exigências que de há muito são feitas nos múltiplos documentos — será que se trata de uma questão de persistência? — da denominada Inter-Associação de Pais, organização reacçãoária afectada ao PPD-CDS.

Tal como se salienta em recente comunicado da Organização dos Professores da ORL do PCP, uma pergunta se toma inevitável perante os factos já referidos:

— Será o dr. Cardia um ministro socialista ou será o homem que a direita reacçãoária e a Inter-Pais encontraram para aplicar a sua política?

De facto — prossegue o referido comunicado — tudo indica que a acção do MEIC vai cada vez mais ao encontro dos interesses e soluções que o PPD e o CDS defendem, o que, a consumir-se, levará brevemente à completa

aniquilação das conquistas fundamentais da revolução de Abril no campo do ensino.

Assim, é legítimo perguntarmo-nos: que outras direcções de ataque se seguirão? A gestão democrática sempre foi um dos alvos preferidos da reacção. Irá, a próxima ofensiva concentrar-se neste ponto?

Conscientes da gravidade deste problema, os professores comunistas manifestam a sua preocupação por esta situação e pelas graves consequências que ela trará certamente à educação progressista de milhares de jovens portugueses e à própria orientação e objectivos socialistas da sociedade portuguesa, já consagrados na Constituição.

Alertam, pois, todo o Povo português para aquilo que se está a passar no MEIC, e apelam a todos os professores e pais progressistas para que se oponham firmemente às medidas já tomadas e para que reafirmem, no princípio deste novo ano lectivo, a sua firme disposição de não permitirem uma política de direita vinda do MEIC, e de lutarem por uma educação progressista ao serviço do povo trabalhador.

PROFESSORES COMUNISTAS CRITICAM POLÍTICA DO MEIC

Com o objectivo de debater os problemas mais cadentes que se colocam no campo do ensino, no actual contexto político nacional, reuniram-se nos passados dias 18 e 19 na Figueira da Foz, professores comunistas de todo o País.

Durante a reunião foram objecto de ampla discussão questões como o ensino unificado, a gestão democrática nas escolas do CPES e Secundário, problemas gerais do ensino pré-primário, secundário, superior e particular, a alfabetização, as escolas do Magistério Primário, tendo sido formuladas conclusões de ordem geral.

Os professores comunistas presentes debateram-se ainda sobre a actual política de direita e de cedência às forças reacçãoárias no domínio da educação e cultura, da responsabilidade do ministro Sottomayor Cardia, a qual se tem vindo a manifestar:

— no ataque ao ensino unificado, com a ameaça da

sua futura extinção;

— na extinção de organismos de formação e apoios pedagógicos, pondo em causa as perspectivas nascentes da formação e do acompanhamento pedagógico sério e responsável dos professores portugueses;

— no ataque às transformações verificadas nas Escolas do Magistério Primário, nomeadamente com a recente suspensão da formação de educadores de infância;

— numa política de sistemática resolução das questões sem ouvir as organizações de professores e estudantes;

— em saneamentos à esquerda generalizados nos vários organismos do MEIC, os quais, para além de afastarem homens competentes e devotados à construção de uma educação progressista, permitiram a criação das condições para a aplicação das medidas antidemocráticas referidas, e de outras que,

provavelmente, se lhes seguirão.

Os professores comunistas, reunidos na Figueira da Foz, condenaram esta política como profundamente lesiva dos interesses de uma educação progressista e dos próprios objectivos democráticos e socialistas da sociedade portuguesa, consagrados na Constituição. Dirigiram ainda um apelo a todos os professores progressistas, independentemente das suas opções políticas e ideológicas, para que se unam em torno das principais conquistas alcançadas na educação com o 25 de Abril, agora postas em causa pelo ministro Sottomayor Cardia, apelando à defesa do ensino unificado, de estruturas de formação e apoio pedagógico progressistas, de transformações progressistas nas Escolas do Magistério Primário e da gestão democrática, contra a recuperação reacçãoária do conteúdo do ensino.

RELAÇÕES COM A URSS

Por iniciativa da Associação Portugal-URSS partiu para a União Soviética uma delegação de responsáveis e activistas de quatorze distritos do nosso país onde a Associação se encontra representada, a fim de participar num Seminário sobre a realidade soviética, de que farão parte visitas de estudo por aquele país.

Através de iniciativas deste género pretende a Associação dar a conhecer aos seus activistas a vida e o trabalho dos povos da URSS, para um melhor conhecimento mútuo e reforço dos laços de amizade que unem os dois povos.

Entretanto, havia já partido para Moscovo um numeroso grupo de bolséiros, sócios e activistas da referida Associação, que vão frequentar cursos superiores ou médios especializados, com bolsas concedidas pelo Ministério da Educação daquele país.

Estes estudantes, além de receberem a bolsa de estudos, têm garantido o alojamento numa residência estudantil, assistência médica gratuita e férias em casas de repouso para estudantes.

TRABALHADORES DA SAÚDE NA URSS

Regressaram já a Portugal os trabalhadores comunistas do sector da Saúde que, a convite do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, se deslocaram à URSS em visita de estudo.

Durante a sua estadia, os nossos camaradas puderam observar as grandes realizações do Estado socialista no campo da Saúde e assistência médica e sanitária.

Esta visita realizou-se no quadro das relações de grande amizade e cooperação entre o PCUS e o PCP.

CAMPANHA DE FUNDOS DA UJC

Tem vindo a realizar-se com grande êxito a campanha de fundos que está a ser levada a cabo a nível nacional pela União da Juventude Comunista (UJC).

Como noticiámos no número anterior do «Avante!», todos os que desejem apoiar directamente esta iniciativa bancária n.º 210/4035 da UJC, mas apenas na dependência do Banco Nacional Ultramarino sita na Av. Fontes Pereira de Melo, em Lisboa.

Mil contos até ao fim do ano é a meta a atingir. Ajudem os jovens comunistas a alcançar o seu objectivo.

O ASSALTO À NAUTEX

Os recentes acontecimentos verificados na Nautex confirmam a necessidade imperiosa dos trabalhadores se manterem unidos na defesa das conquistas alcançadas

Poucos dias após a comunicação ao país feita pelo dr. Mário Soares na qual, entre outras coisas, deu grandes esperanças aos sabotadores de empresas que posteriormente entraram em autogestão, o ex-patrão da «Automecânica Nautex» assaltou-a à mão armada, com o auxílio de alguns comparsas.

Quando, no dia seguinte, os trabalhadores se apresentaram ao serviço, encontraram os assaltantes que já tinham procedido à substituição de todas as fechaduras. Ameaçados e impedidos de entrar no local de trabalho, viram-se forçados a chamar a GNR, alertando posteriormente o delegado do Ministério do Trabalho e o Sindicato dos Metalomecânicos de Faro.

Os assaltantes só viram a sair após ordem do Governador Civil nesse sentido. Logo que tais acontecimentos foram do domínio público, centenas de trabalhadores de outras fábricas se solidarizaram com os trabalhadores da Nautex. Também a Comissão Concelhia de Lagos do PCP se manifestou, alertando os trabalhadores para o facto de a direita reacçãoária, apoiada pelas declarações antioperárias do Primeiro-Ministro, levantar de novo a cabeça procurando espezinhar as conquistas já alcançadas.

A propósito do comunicado que acabamos de referir, a secção de Lagos do PS, emitiu, por seu turno, um comunicado onde, após condenar a actuação do ex-patrão da Nautex, Diamantino Bandeira — não deixa de ser curioso que só o tenha feito dois dias depois...

— lamenta que o nosso Partido tenha «aproveitado este lamentável caso para desferir sobre o camarada Mário Soares as mais torpes e suaves calúnias».

Afirmando em seguida que o nosso Partido, tal como o «senhor Bandeira», faz o jogo da reacção, o comunicado termina afirmando que resolveram vir a público para desmascarar o oportunismo de ambos (o PCP e o sr. Bandeira) e que o povo pacífico de Lagos e os trabalhadores da Nautex se encarregarão de o julgar (ao PS).

Dispensamo-nos de responder a mais esta provocação do PS. Mas estamos de acordo numa coisa: aos trabalhadores caberá a última palavra. Contudo, e porque a memória

de algumas pessoas é curta, recordamos as palavras de Mário Soares no passado domingo, na TV, quando, ao referir-se aos assaltos dos ex-patrões a empresas geridas pelos trabalhadores não encontrou mais nada para dizer que, assim como durante o «gonçavismo» os trabalhadores tinham ocupado as empresas se verifica agora o inverso. Ou seja, os patrões «limitam-se» a seguir o «exemplo» dos trabalhadores. Sem comentários!

Resta ainda dizer que o senhor Bandeira e os seus lacaios, que roubaram e danificaram material da Nautex no valor de 500 contos, foram postos em liberdade depois de ouvidos no Tribunal de Lagos.

NÔ PINTCHA

XX ANIVERSÁRIO DO PAISC
Hoje: Reunião de jovens no Bloco Circum-Escolas para presidir à

Aristides Pereira em Bissau

NOVA IMPRENSA PARA UM PAÍS NOVO

DA GUINÉ-BISSAU PARA PORTUGAL

MAIS UMA DISTRIBUIÇÃO CDL

À venda nas já populares livrarias CDL

NÔ PINTCHA UM JORNAL P'RA FRENTE!

TUDO A POSTOS PARA A GRANDE FESTA

É já amanhã que vai ter início a grande Festa do «Avante!», a grande festa dos comunistas, a grande festa da unidade. Não temos dúvidas que vai ser um êxito.

As festas realizadas quando do 1.º e 2.º sorteios das EPs, as outras festas e iniciativas promovidas por várias organizações locais, assim como o Festival Internacional da Canção Política que nos últimos dias percorreu diversas cidades do país, prenunciavam já, pelo êxito alcançado, tudo aquilo que de amanhã até domingo se irá passar na FIL: entusiasmo e participação populares, alegria e confiança no futuro que, entretanto, não deixarão esquecida a consciência dos problemas do presente.

Porque a Festa do «Avante!», se é certo que ficará assinalada por um conjunto de espectáculos de alto nível artístico e como uma oportunidade inesquecível de convívio e confraternização populares, não é menos certo, até porque é uma festa organizada por comunistas, que será uma iniciativa profundamente inserida na realidade política, económica e social portuguesa.

As grandes lutas do «passado», durante os longos anos em que o Povo Português esteve sujeito à feroz opressão fascista; a história do Partido Comunista Português, em defesa das liberdades e da democracia e pelo socialismo; as grandes conquistas da revolução portuguesa, nomeadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário; a actividade das diversas células e organizações do Partido — tudo isto, e muito mais, estará presente, sob múltiplas formas, na Festa do «Avante!».

A Festa do «Avante!», a primeira grande festa anual do órgão central do Partido Comunista Português, será a partir de amanhã, e até domingo à noite, uma realidade. Quem a tomou possível?

Podemos afirmar sem exagero que poucas organizações ou entidades, políticas ou não, teriam possibilidades de organizar no nosso país uma iniciativa como aquela a que iremos assistir. Só um grande Partido como o nosso, profundamente enraizado nas massas

populares, assente na militância de dezenas e dezenas de milhares de homens, mulheres e jovens, inteiramente devotados ao seu Partido e, por isso mesmo, à causa da liberdade e da democracia, da justiça e da paz, poderiam meter ombros a uma tal tarefa — e realizá-la.

Foram necessários muitos sacrifícios, muitas horas roubadas ao sono, muito esforço suplementar ao do dia normal de trabalho, muita imaginação e criatividade. Desde as tarefas de organização e planeamento até às de divulgação e propaganda, passando pela montagem e decoração dos stands, a venda de EPs, o fabrico de objectos para expor e vender, etc., etc. — tudo se deve à militância de muitos e muitos comunistas e amigos do nosso Partido que souberam compreender o alcance desta iniciativa e transformá-la naquilo que ela vai ser: uma grande manifestação de vitalidade do Partido Comunista Português, da classe operária e de todos os trabalhadores, de quantos, afinal, sabem que o caminho da democracia e do socialismo é irreversível e que esse caminho

nunca poderá ser percorrido sem o PCP.

Certamente que vai haver erros e insuficiências. A falta de experiência em realizações deste tipo e dimensão, o atraso com que algumas organizações despertaram para a sua importância e significado, são, entre outros, factores que estarão na origem de algumas falhas ou improvisações.

Contudo, repetimos, não temos dúvidas: a Festa vai ser um êxito. Ela vai justificar o esforço despendido e a expectativa não vai ser defraudada. Preciosos ensinamentos irão ser colhidos. Todos vamos poder orgulharmo-nos da grande Festa do «Avante!», da grande festa dos comunistas, da grande festa da unidade.

Destas horas de alegria e confiança, que também serão de reflexão e de tomada de consciência de um passado comum e de um futuro que nos pertence — a todos nós, democratas e antifascistas, empenhados na construção da democracia rumo ao socialismo —, sairemos reforçados e mais unidos para as duras batalhas políticas que nos esperam.

UMA TARDE DE SOLIDARIEDADE COM OS CAMPONESES DE MONTEMOR

A Festa do «Avante!» há muito que ultrapassou o espaço da FIL, dos seus palcos e stands, o espaço do seu programa. Assim o comprovaram os artistas soviéticos que chegaram a Lisboa na quarta-feira da semana passada e que terminam hoje no Barreiro a sua volta pelo País Integrados no Festival da Canção Política. Uma visita que fizeram ao Centro de Trabalho do PCP em Montemor-o-Novo e às Cooperativas Montemorense e Cravo Vermelho deram-lhes a primeira, mas justa dimensão de um acontecimento que se

prepara e se vive por todo o País.

Josif Kobzon e os artistas do seu conjunto, os bailarinos de Krasnolark, a cantora Ludmila Sientchina e o mimo Anatoly Elyzarov, recebidos na última sexta-feira em Montemor-o-Novo por camaradas da DORA e da Comissão Concelhia do PCP, tiveram algumas horas para, num relance, tomarem contacto com alguns dos construtores da Reforma Agrária e verem como avançam entre obstáculos, mas com força para os vencer, uma das grandes conquistas da revolução de Abril.

Por entre as dezenas de máquinas agrícolas, recebidas há poucos dias da União Soviética como oferta do seu povo aos trabalhadores portugueses e que da Montemorense começavam a ser distribuídas por outras cooperativas, os nossos camaradas cantores, músicos e demais artistas soviéticos representavam ali, junto com os camaradas portugueses que os acompanhavam, a imagem viva da solidariedade internacionalista de que a Festa do «Avante!» será ponto alto e inesquecível.

O tempo da visita foi o de uma tarde curta e ocupada.

Mas a fraternidade e o calor humano entre trabalhadores supriu o pouco tempo e a improvisação de uma visita que não estava programada. Viveram-se momentos para recordar junto das máquinas agrícolas, dos atrelados, dos tractores que ali figuravam no meio do trigo ceifado como símbolos bem concretos do que vale o internacionalismo proletário, do que vale a fraternidade entre o povo da URSS e o povo português e as provas vivas que dela prestam os países socialistas e o movimento comunista internacional.



As grandes manifestações populares em Vila Franca de Xira, nos dias 7, 8 e 9 de Abril de 1945: a história do PCP, a história da luta do nosso povo pela liberdade, estarão presentes na Festa

INICIATIVAS NA MARGEM SUL

• No Feijó, no passado domingo, dia 19, as crianças tiveram uma manhã alegremente atarefada com provas de desenho, atletismo, gincanas, corridas de saco, provas de «colher com batata» e outros jogos. A iniciativa partiu dos Centros de Trabalho do nosso Partido no Laranjeiro e no Feijó e a festa popular teve como objectivo a divulgação da Festa do «Avante!» e a promoção das vendas das EPs. À tarde juntaram-se às crianças os pais que visitaram um stand montado exclusivamente com ofertas de camaradas e amigos, as quais se esgotaram rapidamente. Na sessão de Canto Livre, actuou o Grupo «Canto Livre» de Almada, os Pioneiros do Laranjeiro, o Grupo Coral Operário Alentejano e o conjunto «Os Vermelhos», que teve o condão de atrair «para darem um pé de dança» jovens e idosos. Verdadeira festa popular, caracterizada por uma participação viva da população, o encontro terminou com a intervenção de um camarada do Centro do Feijó que falou sobre o significado da Festa do «Avante!» e a função do nosso Partido como um Partido aberto, um Partido de massas.

• Por iniciativa do Centro de Trabalho do PCP do Barreiro, uma caravana de 100 militantes deslocou-se a Lisboa, durante todo o fim-de-semana para trabalhar na FIL na preparação da Festa do «Avante!». Durante o trajeto os camaradas foram fazendo a propaganda da Festa e vendendo EPs.

Ao lado de muitas centenas de outros camaradas, os militantes e simpatizantes vindos do Barreiro, com o ardor

do seu trabalho, contribuíram para dar à FIL, um movimento impressionante.

• Também no Seixal, os camaradas do Centro de Trabalho organizaram uma caravana até à FIL, com carro alegórico. Durante o percurso, em lugares de concentração de algumas localidades do concelho, foram deixadas brigadas de venda das EPs. No domingo, elementos das células do concelho visitaram a FIL para estudarem as tarefas finais a realizar numa jornada de trabalho voluntário.

• No passado dia 18, sábado, o Central de Trabalho de Grândola promoveu uma festa-comício de divulgação da Festa do «Avante!». O camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do nosso jornal, falou sobre o momento político, sobre o significado da Festa do «Avante!» e do grande impacto que vai ter (e já se verifica) a nível nacional e internacional.

Participou na festa o Grupo de Teatro Ensaio com duas actuações.

Encerrando a festa, realizou-se um sorteio de 5 prémios, oferta de militantes do Partido, no qual foram contemplados os seguintes números:

— 1.º prémio, um relógio de sala, coube ao n.º 3026; 2.º prémio, um emblema de ouro e prata, ao n.º 2613; o 3.º prémio, uma EP, ao n.º 1040; o 4.º prémio, o livro «Rumo à Vitória», da autoria do camarada Alvaro Cunhal — secretário-geral do nosso Partido — ao n.º 3839; o 5.º prémio, o livro «Até Amanhã, Camaradas», ao n.º 0530.

EVOCAÇÃO DE BENTO GONÇALVES



Bento Gonçalves, primeiro secretário-geral do PCP

A semelhança do que temos vindo a fazer em números anteriores do «Avante!», nas páginas do nosso jornal dedicadas à divulgação dos preparativos para a Festa, falaremos hoje na participação da célula do PCP do Arsenal do Alfeite.

Ocupando uma área de nove por três metros, o pavilhão da referida célula dedicar-se-á, essencialmente, à evocação da vida do primeiro secretário-geral do PCP, saudoso camarada Bento Gonçalves, antigo operário do Arsenal.

Documentos pessoais, tais como cartas que escreveu na prisão, com destaque para a última carta escrita do Tarrafal, diversos documentos — que são hoje verdadeiras preciosidades para a história do movimento operário em geral e do nosso Partido em particular — farão parte do material em exposição.

Também o famoso torno onde trabalhou, a sua caderneta militar, alguns exemplares do jornal sindical do antigo Arsenal da Marinha — o Eco — ao qual Bento Gonçalves prestou valiosa contribuição e que foram

recuperados à PIDE após o 25 de Abril, estarão expostos ao público e constituirão, juntamente com o busto do grande patriota que foi Bento Gonçalves, uma parte bastante substancial do recheio do Pavilhão da célula do Arsenal do Alfeite.

Mas não ficará por aqui a representação destes nossos camaradas. Assim, entre outras coisas, será dado ver a quantos visitarem este pavilhão, materiais que testemunham a actividade do Partido no Arsenal do Alfeite ao longo de quarenta e oito anos de fascismo. Estarão também presentes exemplares das obras mais significativas executadas por trabalhadores do Arsenal, de que salientamos, a título exemplificativo, um magnífico quadro da autoria de Barata Moura (pai), modelos de barcos, trabalhos de talha, etc.

Muito haveria ainda a dizer sobre o «programa de festas» dos camaradas do Arsenal. Mas, como diz o velho ditado popular, não há nada como ver para crer.

Visitemos o pavilhão do Arsenal do Alfeite. Juntemo-nos aos camaradas que participam na Grande Festa do «Avante!» prestando a homenagem devida ao prestigiado e nunca esquecido camarada Bento Gonçalves.

CIDADE DO LIVRO E DO DISCO

Na Festa do Avante!

NOVIDADES DAS EDIÇÕES «AVANTE!»

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA

LIVRO DA FESTA

(em dois volumes), de Álvaro Cunhal
Coleção «Reforma Agrária». Códigos 06.01 e 06.02

Baseando-se numa exaustiva elaboração de dados estatísticos sobre a realidade da agricultura portuguesa, esta obra revela as leis do desenvolvimento capitalista na sociedade rural portuguesa, demonstra os níveis de expansão capitalista já atingidos e enuncia as linhas da sua progressão futura. E à medida que o vai fazendo, são as próprias teses marxistas-leninistas sobre a questão agrária que encontram nela a confirmação da sua validade.

Preço 60\$00 cada volume



Na Margem Sul, até ao último momento desenvolve-se uma intensa campanha de propaganda da Festa do «Avante!»

DIÁRIO DE LUANDA
à venda em Portugal
Diariamente nas já populares livrarias CDL podes adquirir o principal órgão informativo da República Popular de Angola
DE CABINDA AO CUNENE
A INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO

LISTA COMPLETA DOS ARTISTAS QUE PARTICIPAM NA FESTA DO «AVANTE!»

ALEMANHA DEMOCRÁTICA

Oktoberklub

ANGOLA

Rui Mingas

BULGÁRIA

Conjunto Harmonia
Nadejda Hotcheva
Tania Ivanova

CHECOSLOVÁQUIA

Grupo Jazenka

CHILE

Conjunto Aparcoa

CUBA

Los Caña
Sara Gonzalez

ESPAÑA

Benedicto e Bibiano
Pi De La Serra

ESTADOS UNIDOS

Archie Sheep
Steve Waring

FRANÇA

Francesca Solleville

HUNGRIA

Andraas Varga

IRLANDA

Reel Union

ITÁLIA

Conjunto Area
Canzoniere Internazionale
Luigi Nono

POLÓNIA

Elzbieta Tarnavska

UNIÃO SOVIÉTICA

Anatoly Elyzarov
Bailarinos de Krasnoiarsk
Quarteto Konstantin Kurktchev
Ludmilla Sientchina
Josif Kobzon

PORTUGAL

Adriano Correia de Oliveira
Alberto Violante
Álvaro Salazar
Amélia Carvalho
António Anjos
António Macedo
António Marques
António Montez
António Pessoa
Armando Caldas
Armando Luís
Artur Ramos
Ary dos Santos

Banda de Música da Amora
Belmiro Ramalho
Brigada Vítor Jara

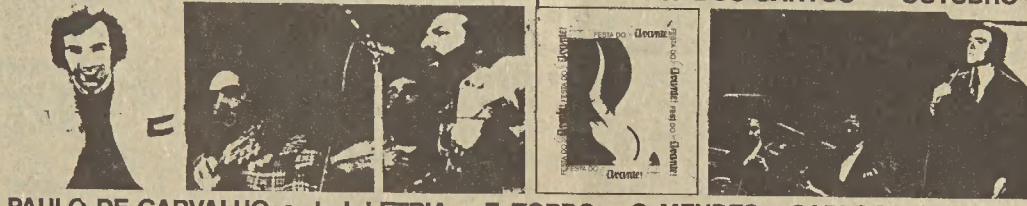
Canto Livre de Abrantes
Canto Livre de Vila Real
Carlos do Carmo
Carlos Mendes
Carlos Paredes
Carlos Queiroz
Constança Capdeville



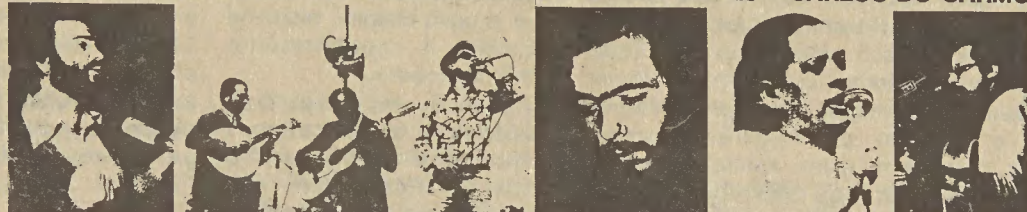
CORO DA ACADEMIA
DOS AMADORES DE MÚSICA • CARLOS PAREDES • BARATA MOURA • LUÍSA BASTO



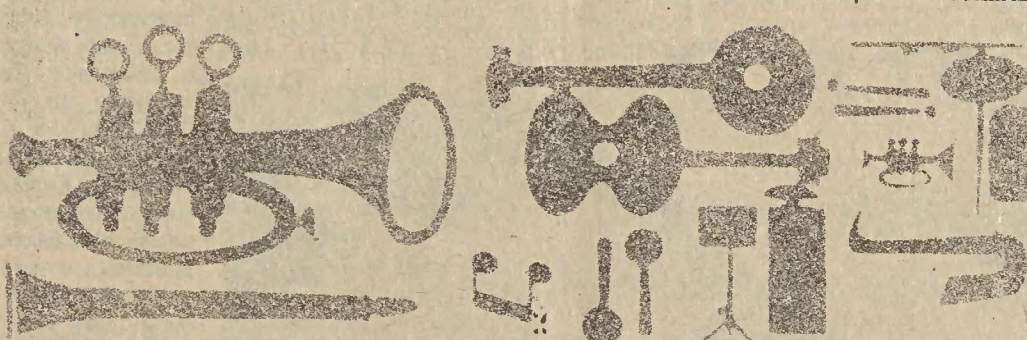
«INTRÓITO» • ADRIANO C. OLIVEIRA • LUÍS CÍLIA • ARY DOS SANTOS • «OUTUBRO»



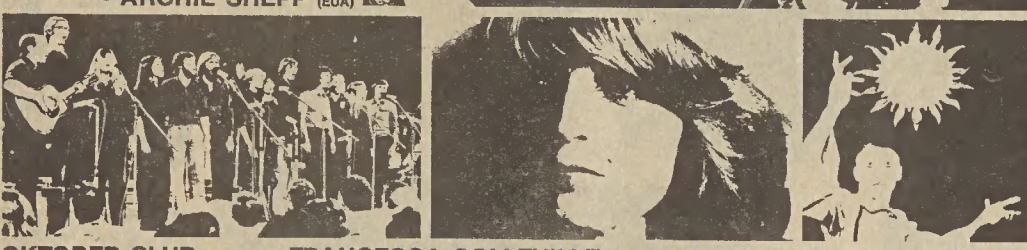
PAULO DE CARVALHO • J. J. LETRIA • F. TORDO • C. MENDES • CARLOS DO CARMO



J. PESSOA • FERNANDO FARINHA • SAMUEL • MARIA A. PROENÇA • M. FREIRE



• STEVE WARING (EUA) • CONJUNTO ÁREA (ITALIA) • ARCHIE SHEPP (EUA)



OKTOBER CLUB (RDA) • FRANCESCA SOLLEVILLE (FRANÇA) • ANATOLY ELYZANOV (URSS)



LUDMILA SIENZINNA (URSS) • GRUPO JAZENKA (RSTCH) • PI DE LA SERRA (ESPAÑA)



• LUIGI NONO (ITALIA) • ELZBIETA TARNAWSKA (POLÓNIA)



Convivium Musicum

Coro da Academia dos Amadores
de Música
Cremilda Gil

Daniel Garcia
Dora Leal

Eduardo Brazão
Ermelinda Duarte
Conjunto Esquerda Quatro
Conjunto Estrela Vermelha

Fernando Farinha
Fernando Lopes Graça

Fernando Serafim
Fernando Tordo
Francisco Nicholson

Grupo Foclórico de Faro
Grupo de Música Contemporânea
de Lisboa

Grupo de Jovens Alunos
de Composição
do Conservatório de Lisboa

Helena Isabel
Helena Ramos
Henrique Viana
Henriqueta Maia

Intróito
Io Apolloni
Isabel Baia

Joaquim Pessoa
João Braz
João Vasco
Jorge Peixinho
José Barata Moura
José de Castro
José Jorge Letria
José Manuel Osório
José Peixoto
José Viana
Leonor Lains
Luís Cília
Luís Viegas
Luísa Basto

Manuel Freire
Manuela Casolla
Manuela Coelho
Maria Albergaria
Maria do Céu Guerra
Mário Jacques
Moraes e Castro
Mineiros de Aljustrel

Conjunto Núcleo

Paulo de Carvalho
Pedro Artur
Pedro Caldeira Cabral
Pedro Osório
Pioneiros de Santa Iria
Pioneiros de Sines

Conjunto Outubro

Rancho Folclórico os Camponeses
Conjunto Resistência
Rogério Paulo
Conjunto Rumo à Vitória

Samuel
Saudade dos Santos
Ségreis de Lisboa

Teresa Gafeira
Conjunto Trovante

Conjunto Os Vermelhos
Vieira da Silva
Vitor Marques

GRANDE ENTUSIASMO E PARTICIPAÇÃO NAS SESSÕES JÁ REALIZADAS DO FESTIVAL INTERNACIONAL DA CANÇÃO POLÍTICA

As sessões realizadas, em diversas cidades, do Festival Internacional da Canção Política, foram uma pequena antecipação da Festa do «Avante!». Mas só por si, constituíram já magníficas jornadas de confraternização e solidariedade internacionalista, tendo atingido um alto nível artístico

«Os comunistas são filhos da classe operária, são os melhores filhos do povo português e, como tal, os comunistas encarnam o optimismo, a confiança no futuro do seu País. É por isso que exprimimos aquilo que há de mais lúdico no povo — a alegria de viver, a confiança no futuro da sua pátria — que nós vamos organizar a grande Festa do «Avante!», afirmou António Dias Lourenço, director do órgão central do Partido Comunista Português e membro da Comissão Política do Comité Central, durante a sua intervenção na primeira sessão do Festival Internacional da Canção Polí-

tica, que se realizou, no último domingo, no Palácio de Cristal, no Porto.

Muitos milhares de pessoas participaram entusiasticamente num dos mais importantes espectáculos já realizados naquela sala, onde durante mais de sete horas, desfilaram artistas de mérito que se encontram profundamente empenhados com os seus povos na luta pela democracia, o progresso social e o socialismo. O ambiente de alegria e de solidariedade internacionalista que se viveu durante o festival constituiu um óptimo prenúncio do que vai ser a realização ímpar que o «Avante!» vai promover, nas instalações da Feira

Internacional de Lisboa, amanhã, no sábado e domingo.

Os primeiros aplausos dirigiram-se aos componentes do conhecido conjunto da República Democrática Alemã, «Oktoberklub», depois de terem sido chamados para o palco pela apresentadora do espectáculo, camarada Maria do Céu Guerra. Antes de iniciarem a sua actuação, um dos elementos do conjunto transmitiu a todos as calorosas saudações do povo e da juventude do seu País, que foram vibrantemente recebidas. Uma enorme salva de palmas sublinhou a interpretação da conhecida canção «Canta, Camarada

Canta» que iniciou a actuação do conhecido agrupamento musical da RDA.

Depois dos jovens da República Democrática Alemã terem terminado a sua actuação, foram chamados ao palco Andraas Vargas e Sándor Puskas, respectivamente, solista e director da famosa Ópera de Budapeste, que iniciaram a sua actuação com «O Dia da Vitória», cujas estrofes foram cantadas por Andraas Vargas em português, russo e húngaro. Apesar de a sala não ser a mais adequada para a interpretação de música clássica, verificou-se uma enorme adesão à actuação dos dois elementos da Ópera

de Budapeste que teve o seu ponto mais alto no momento em que o hino da Unidade Popular chilena, «Venceremos!», foi cantado simultaneamente pelos camaradas húngaros e pelos muitos milhares de trabalhadores presentes. No final, numa expressiva manifestação de solidariedade com o povo chileno, ouviu-se vibrante e repetidamente «Chile Vencerá!».

A finalizar a primeira parte do Festival, actuaram os camaradas irlandeses do conjunto «Reel Union» que incluíram no seu repertório magníficas canções populares que só não foram mais apreciadas devido

à dificuldade provocada pelas deficientes condições acústicas da sala.

ALEGRIA FRATERNIDADE E CULTURA

A segunda parte do espectáculo, iniciou-se com a actuação dos camaradas do Conjunto «Outubro» que entusiasmou extraordinariamente aqueles muitos milhares de pessoas que não quiseram perder a continuação do Festival Internacional da Canção Política.

Para fazer uma breve intervenção política, usou da palavra seguidamente o camarada Edgar Maciel, membro da Direcção da Organização Regional do Norte que, referindo-se àquela iniciativa, à Festa do «Avante!» e a outras jornadas de convívio promovidas pelo nosso Partido, sublinhou: «A alegria, o espírito de fraternidade, a cultura, estão para nós intimamente ligados à luta revolucionária, ao mesmo tempo que lhe abrem novas dimensões».

Depois de ter analisado aspectos da situação política, aquele membro da Direcção da Organização Regional do Norte, apontou a necessidade do desenvolvimento de um grande movimento unitário em torno das eleições para as autarquias locais. «É indispensável, salientou, que — como já vem acontecendo em muitas freguesias e concelhos — os homens de esquerda (comunistas, socialistas e outros democratas) se reúnam para discutir as listas unitárias para as assembleias de freguesia, assembleias municipais e câmaras municipais, que discutam amplamente os cadernos reivindicativos a apresentar, que alarguem a actividade unitária, para fazer frente ao poder local da direita reacçãoária».

«Apesar das dificuldades, existem forças bastantes para vencer. Nós, apelamos à unidade da esquerda», declarou o camarada Edgar Maciel que a finalizar a sua intervenção assegurou: «O povo unido jamais será vencido».

QUEREMOS QUE A FESTA DO «AVANTE!» SEJA A FESTA DA UNIDADE

O director do «Avante!», camarada António Dias Lourenço, numa curta intervenção alusiva ao significado da iniciativa promovida pelo órgão central do Partido Comunista Português — depois de ter transmitido aos milhares de participantes as saudações calorosas do Comité Central e do colectivo do «Avante!», afirmou: «Nós, queremos que a Festa do «Avante!» seja a festa da unidade de todos aqueles que no nosso país querem um futuro feliz para Portugal, querem que o nosso povo se liberte para sempre da praga da reacção e do fascismo; querem que o nosso país seja um país democrático, pacífico e socialista».

Prosseguindo a sua intervenção, Dias Lourenço recordou:

«Nós habituámo-nos com o nosso povo a conhecer a importância e o verdadeiro valor da solidariedade internacional. Sentimos o calor da ajuda que os nossos irmãos de outros países prestaram ao nosso povo. Ainda hoje, a nossa revolução e o nosso povo, tem necessidade dessa solidariedade. Ainda hoje, todos aqueles que, no mundo, querem que a democracia prevaleça, que o mundo se encaminhe sempre numa via progressista e pacífica, ainda hoje, esses povos olham para

Portugal com uma esperança que a revolução portuguesa, continue, se desenvolva, frutifique e dê a felicidade ao nosso povo. Por isso, camaradas e amigos, ainda hoje o nosso povo necessita da solidariedade internacional. É por isso que nós temos aqui hoje, entre nós, estes admiráveis artistas dos países socialistas e de outros países que, na Europa e no mundo, aspiram com o nosso povo à edificação de uma vida melhor».

Seguidamente, o membro da Comissão Política do Comité Central do PCP transmitiu, em nome do «Avante!» e do Partido dos trabalhadores e da resistência ao fascismo, os agradecimentos aos camaradas estrangeiros que aceitaram participar na nossa grandiosa Festa.

SOLIDARIEDADE

Referindo-se à manifestação da solidariedade internacionalista dos comunistas portugueses, que se reunirão na grande jornada, com outros povos e países em luta contra o imperialismo e o fascismo, Dias Lourenço afirmou: «A nossa Festa não vai ser só de solidariedade com o povo português. Será também uma Festa de solidariedade com aqueles povos que ainda hoje gemem sobre a pata do fascismo. Com aqueles irmãos de luta que, ainda hoje, vivem em condições difíceis, sofrem na sua carne e no seu sangue a feroz repressão do fascismo. Neste momento, camaradas, um pensamento solidário vai para os camaradas chilenos que acabam de festejar essa data negra da sua derrota».

Nesta altura, muitos milhares de pessoas interromperam o camarada gritando vibrante e firmemente: «O Chile Vencerá!». Continuando a sua intervenção, Dias Lourenço reclamou a libertação do camarada Luís Corvallán, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, que, há dias, passou o seu 60.º aniversário no campo de concentração. «Na nossa festa, assinalou o director do «Avante!», teremos os pensamentos solidários para com os camaradas brasileiros, para com os trabalhadores do Brasil que vivem nas condições de uma feroz ditadura. Nós estaremos com os camaradas do Brasil nessa dura luta que eles têm de travar para, de novo, viverem a vida digna que desejam ter. Iremos lembrar outros povos da América Latina e também lembraremos os povos da Palestina que hoje — expulsos do seu país em condições tão trágicas — lutam».

«Houve mudanças muito importantes na vida do povo espanhol, sublinhou o camarada Dias Lourenço. «Mas, é necessário que o PCE e todos os comunistas de Espanha saibam encontrar o caminho, junto do seu povo, que os leve à sua libertação. Nós podemos confiar no proletariado espanhol, nos comunistas de Espanha que saberão ser a vanguarda organizada do seu povo». No seguimento da sua intervenção, o membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português referiu que na Festa também será manifestada a solidariedade com os povos que se libertaram do colonialismo português.

O FESTIVAL TERMINOU JA DE MADRUGADA

Após a intervenção do director do órgão central do Partido Comunista Português,

subiu ao palco a delegação búlgara, que, durante cerca de meia hora prendeu a atenção dos milhares de espectadores que apreciaram bastante as actuações do conjunto «Harmonia», de Tania Ivanova e da artista de mérito da rádio e televisão búlgara, Nadeja Hotcheva.

A vida e a luta do povo italiano contra o fascismo, pela democracia e o socialismo foram o tema das canções que os camaradas do «Nuovo Canzoniere Internazionale», da Itália apresentaram.

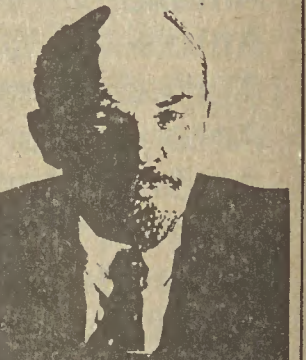
Passava já da meia-noite, quando os camaradas da delegação soviética apresentaram o seu espectáculo que foi sem dúvida um dos momentos mais interessantes da jornada. Era ainda de alguns milhares o número daqueles que não quiseram perder a actuação do grupo de artistas da rádio Moscovo; dos três representantes do grupo de dança siberiano «Krasnoïarsk»; e as duas sublimes pantominas representadas por Anatoli Elyzarov. Simbolicamente, o Festival Internacional da Canção Política encerrou com as estrofes da «Grândola Vila Morena».

Durante cerca de sete horas, o Palácio de Cristal foi o grandioso cenário da antestreia da Festa do «Avante!». Estiveram presentes alguns dos categorizados artistas que irão actuar nos palcos da FIL. Além disso, algumas organizações não quiseram deixar de apresentar algumas das iniciativas que estarão patentes nos pavilhões da Organização Regional do Norte. Como não podia deixar de ser, o livro estava presente nas duas bancas das editoriais «Avante!» e «A Opinião» que irão apresentar interessantes novidades no decurso da grande jornada de cultura que se inicia amanhã.

Em Coimbra, no Pavilhão dos Olivais — que se encontra completamente cheio — milhares de pessoas puderam assistir e participar entusiasticamente numa festa com cujo profundamente internacionalista, pequenina, muito pequenina amostra da grandiosidade que irá ter a festa na FIL.

Como sublinhou, a dada altura, o camarada José Beça Mota, da Comissão Distrital de Coimbra do PCP, na sua breve intervenção.

A permanente e fraterna solidariedade que o Movimento Comunista Internacional e outras forças progressistas de todo



V. I. LÉNINE
Pequena biografia

Introdução de:
Rodney Arismendi

A sair brevemente

Pedidos a: **CDL**
Central Distribuidora
Livreira - Av. Santos Dumont, 57-C
Lisboa-1



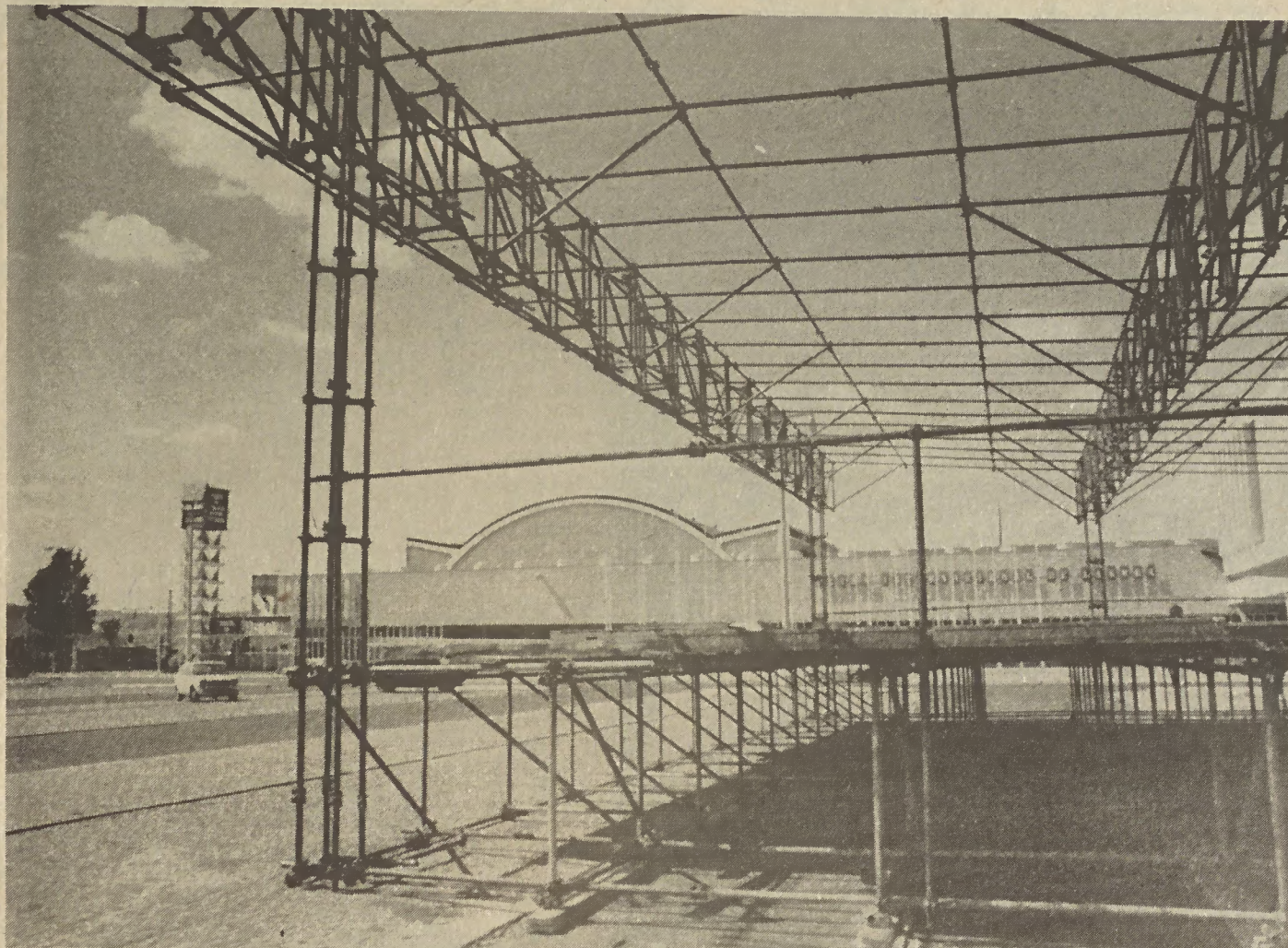
O conjunto «Harmonia», da Bulgária



O conjunto «Outubro», de Portugal



Pormenor da creche e infantário instalados no recinto da Festa



O palco principal está instalado no parque de estacionamento (que provisoriamente deixará de o ser) fronteiro à entrada principal da FIL

o mundo têm dedicado ao nosso Partido, quer ontem na negra noite fascista, quer hoje na Revolução Democrática que vimos vivendo, assume nesta grande festa uma dimensão extraordinária. Representantes de todos os Partidos Irmãos, «stands» dos Países Socialistas e centenas de artistas progressistas de todo o Mundo estarão presentes.

E acrescentou: Já hoje aqui neste festival dão a sua colaboração de dezenas de artistas da UNIAO SOVIEITICA, RDA, REPUBLICA POPULAR DA BULGARIA, REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA, ESPANHA, ITALIA, IRLANDA.

Para vós, camaradas, vão as mais calorosas saudações dos Comunistas de Coimbra reconhecidos pela vossa permanente solidariedade internacionalista ao longo do complexo processo político desenvolvido pelo

nosso Povo após o 25 de Abril de 1974. Por tudo isto a Festa do «Avante!» será uma grande manifestação de internacionalismo proletário.

Deixando bem claro que a nossa Festa é a Festa de todos quantos anseiam por uma sociedade mais justa, aquele camarada não quis deixar de se referir, uma vez mais, à importância e necessidade urgente da unidade de todas as forças progressistas, unidade de que os comunistas são, como sempre foram, os maiores defensores. A propósito, recordou a grande lição que os camaradas das herdades colectivas do Couço, Ervedal, Benevilla e Aviz estão a dar deslocando homens e celfeiras para a região do Baixo Mondego, unindo-se e solidarizando-se com as dificuldades e a luta dos camponeses desta região. A esses camaradas da Reforma Agrária, presentes

nesta sala, envio as mais calorosas saudações dos Comunistas de Coimbra.

SE EM COIMBRA FOI ASSIM, O QUE SERÁ EM LISBOA...

Apresentado pela camarada Maria do Céu Guerra, o espectáculo foi um sucedâneo de êxitos. Será difícil dizer o que mais agradou, quais as canções e intérpretes que mais aplausos receberam do caloroso público.

Desde os camaradas búlgaros, que se despediram com vivas ao nosso Partido; ao prestigiado cantor húngaro Andraas Vargas, que em Coimbra realizou o seu 5.487.º espectáculo; passando pelo grupo soviético que apresentou um animado (e muito aplaudido) conjunto de variedades; as canções apresentadas por Pi de la Serra, a cantar em catalão e a entusiasmar os milhares de pessoas que o acompanharam de pé; a magnífica interpretação dos Real Union,

que terminaram a sua actuação com uma canção escrita nos anos 50, dedicada a Ho-Chi-Minh; a inflamada presença do grupo italiano Canzoniere Internazionale; a música de intervenção do Oktoberklub, famoso conjunto da RDA, que encerrou a sua actuação interpretando «Canta, camarada canta», em português. O espectáculo finalizou com a Internacional, cantada de pé e de punho cerrado pelo numeroso público e pelos artistas.

E extremamente difícil transmitir o que foi tão emocionante jornada de alegria e convívio, clara demonstração de que é possível — e necessária — a alegria na luta. Uma certeza ficou em todos os presentes nesta sessão do festival Internacional da Canção Política — é indispensável ir à FIL participar na Festa do «Avante!». Lá encontraremos o mundo.

O mesmo aconteceu, aliás, nas sessões realizadas em Beja e em Faro, onde também o entusiasmo e a participação foram notas dominantes.

LISTA DOS BRINDES DO ÚLTIMO SORTEIO DAS EP's

No sábado, dia 25, segundo dia da Festa do «Avante!», realiza-se num dos palcos do recinto da FIL

o 3º. e último sorteio das EPs.

A lista dos brindes a sortear é a seguinte:

- | | |
|------------|------------------------------------|
| 1º. Brinde | — Automóvel Renault 4L |
| 2º. " | — Televisor |
| 3º. " | — Máquina de escrever |
| 4º. " | — Aspirador |
| 5º. " | — Pista de Automóveis |
| 6º. " | — Biblioteca «Avante!» |
| 7º. " | — Máquina de sumos |
| 8º. " | — Biblioteca «Avante!» |
| 9º. " | — Cabaz da Reforma Agrária |
| 10º. " | — Cabaz da Reforma Agrária |
| 11º. " | — Cabaz da Reforma Agrária |
| 12º. " | — Mini-Discoteca |
| 13º. " | — Mini-Discoteca |
| 14º. " | — Mini-Discoteca |
| 15º. " | — Uma Pianola |
| 16º. " | — Torradeira |
| 17º. " | — Um Ferro de Engomar |
| 18º. " | — Um Triciclo |
| 19º. " | — Uma Boneca |
| 20º. " | — Obras Escolhidas de Lênine |
| 21º. " | — Obras Escolhidas Marx/Engels |
| 22º. " | — Biblioteca «Avante!» |
| 23º. " | — Assinatura Revista Internacional |
| 24º. " | — Assinatura Revista Internacional |
| 25º. " | — Assinatura Revista Economia |
| 26º. " | — Assinatura Revista Economia |
| 27º. " | — Assinatura «Avante!» |
| 28º. " | — Assinatura «Avante!» |
| 29º. " | — Assinatura «Avante!» |
| 30º. " | — Assinatura Militante |



O LIVRO DA FESTA do Avante!

Contribuição para o estudo da questão agrária de
Álvaro Cunhal

CIDADE DO LIVRO E DO DISCO

Na Festa do Avante!

A INTERNACIONAL COMUNISTA

Colecção «Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional».
Código: 62.06. Preço: 50\$00

(1.º volume). Esta obra, preparada pelo Instituto do Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS, transmite-nos a experiência da Internacional Comunista, património do movimento comunista internacional e de todas as forças revolucionárias, que dela se servem na sua luta pela paz, pela democracia, pela independência nacional e pelo socialismo.

ECONOMIA — QUESTÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS N.º 4

Número especialmente dedicado à análise e crítica do Programa de Governo do PS.

Preço: 20\$00

DOCUMENTOS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

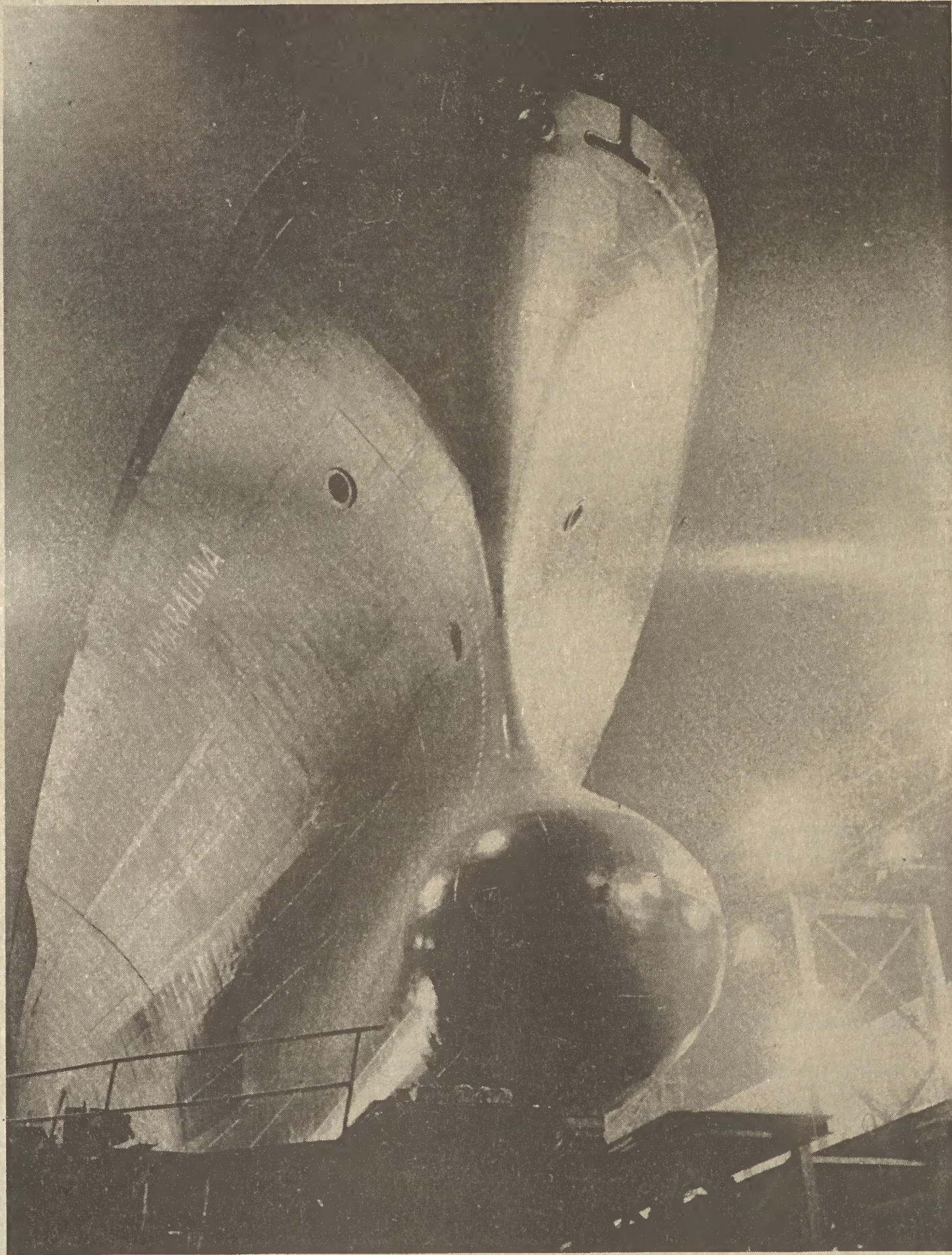
Colecção «Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional».
Código: 62.09

Colecção de documentos do PCB do período compreendido entre 1960 e Dezembro de 1975, incluindo as resoluções do V e VI Congressos. Textos fundamentais para o conhecimento da luta da classe operária e de todas as forças revolucionárias e antifascistas do Brasil nas difíceis condições da luta contra a ditadura fascista.

INTRODUÇÃO À DIALÉTICA MARXISTA — II

Colecção «ABC do Marxismo-Leninismo» — Série B, n.º 5.
Código: 24.05. Preço: 10\$00

As forças motoras do desenvolvimento. Desenvolvimento na luta dos contrários. Contradições antagónicas e não antagónicas. Inclui um texto de Lênine sobre a dialética.



A INDÚSTRIA NAVAL POLACA NA VANGUARDA DA ECONOMIA DO PAÍS

Na Polónia, um dos maiores produtores e exportadores de barcos na Europa e no Mundo, a indústria naval atinge, cada vez mais, elevado nível técnico

A indústria naval polaca atingiu nos anos de 1971-1975 um índice de modernização da ordem dos 93%, correspondendo os restantes 7% a barcos já bastante modernos em comparação com os pro-

toneladas. Mais de noventa por cento das encomendas foram feitas por armadores estrangeiros; 56 navios, num total de 1 306 575 toneladas, foram encomendados por armadores de países ocidentais; 46 na-

mercado mundial, abrindo perspectivas a um ulterior desenvolvimento da indústria naval polaca. É também de salientar o facto de terem sido aceites encomendas dos mais variados tipos de barcos, entre os quais várias unidades especializadas.

Contrariamente à actual estrutura da produção mundial, que é constituída em mais de 70% por navios tanques e grandes navios de carga, nos estaleiros polacos constroem-se 25,4% em quantidade e 11,8% em tonelagem dos navios clássicos destinados ao transporte de carga em geral. Destinados a armadores da Holanda, RFA, França e Grã-Bretanha estão a ser construídos 9 contentores de 23 400 toneladas cada, os quais possuem a capacidade para transportar duma só vez 1388 "containers" de 20 pés. Um armador inglês apresentou uma encomenda para a construção de 6 modernos navios graneleiros destinados a fins vários.

Entre os barcos destinados ao transporte de cargas, os quais constituem 37,9% das encomendas, destacam-se os destinados ao transporte de cargas várias. Trata-se principalmente de barcos tipo OBO, dos quais, o primeiro foi entregue a um armador soviético em 1975. Este foi o maior barco construído em estaleiros polacos — destinado ao transporte de minério, completamente automatizado, de 105 000 toneladas chamado "Marszał Budionnyj". Contratos ulteriores com armadores soviéticos dizem respeito a um barco de tipo OBO de 105 000 DWT e 3 barcos de tipo OBO de 116 000 toneladas cada. Uma interessante posição nas encomendas de navios deste tipo é tida pela RFA, com um contrato para fornecimento de um navio destinado ao transporte de minério e de automóveis, de 51 500 toneladas, de tipo "Aida", construído anterior-

mente para armadores suecos, bem como a construção de duas unidades de 117 000 toneladas cada, para a Noruega.

Os estaleiros A. Warski, em Szczecin, realizam a construção de uma série de 12 navios tanques de 28 800 toneladas cada, preparados para o transporte de produtos químicos agressivos.

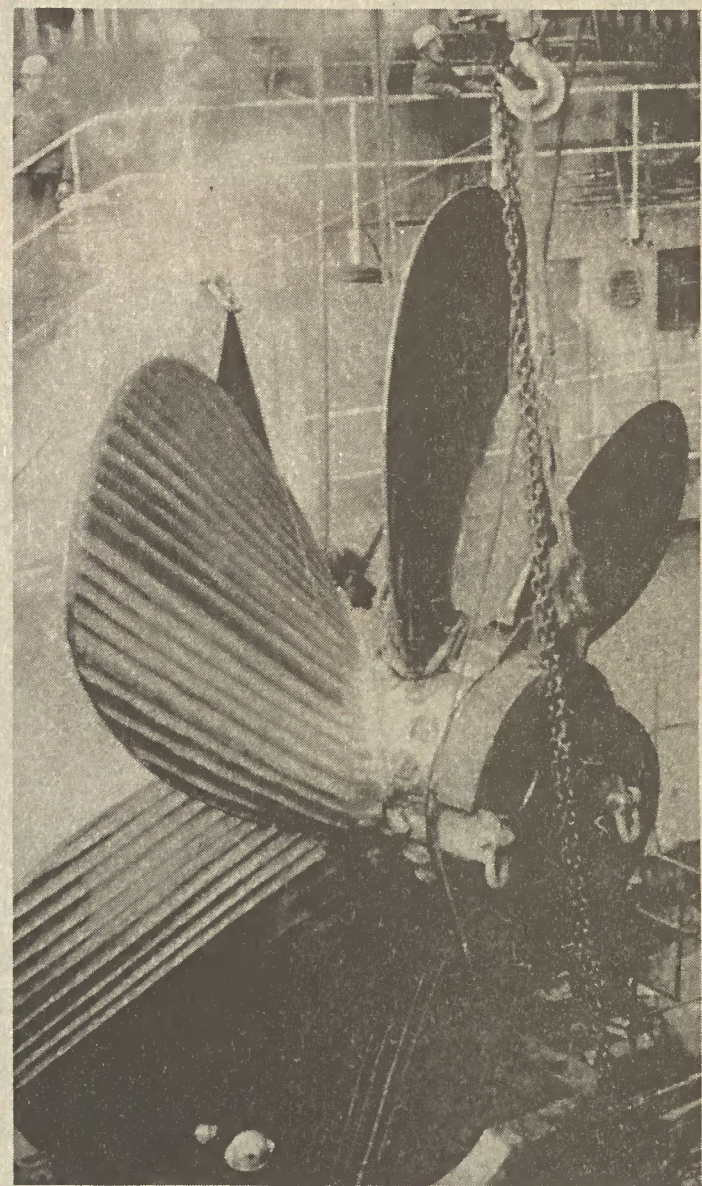
Os estaleiros "Comuna de Paris", em Gdynia, assinaram um contrato com armadores noruegueses e americanos com vista à construção nos anos 1976-78 inclusive, de 6 grandes navios tanques destinados ao transporte de gases liquefeitos LPG com reservatórios de 7500m³ de capacidade.

Entre as encomendas de barcos de pesca feitas por armadores de países ocidentais, destacam-se os contratos com os armadores franceses, para a construção de traineiras de popa de curto alcance destinadas à pesca de peixe fresco, como também o contrato para o fornecimento à Islândia de 3 unidades de mesmo tipo.

No último ano a Polónia construiu 57 unidades de pesca com uma capacidade total de 131 000 BRT, o que constitui 22% da produção mundial. É importante acrescentar que a Polónia continua a ocupar o primeiro lugar na construção de bases de pesca modernas.

Os contratos assinados nos últimos anos reafirmam a crescente especialização dos estaleiros polacos na construção de barcos modernos e elevados índices técnicos de exploração.

A análise da quantidade e da qualidade dá-nos a prova do desenvolvimento dinâmico da indústria naval, a qual constitui hoje um dos ramos mais avançados da economia nacional, sendo a Polónia um dos maiores produtores e exportadores de barcos na Europa e no Mundo.



duzidos nos cinco anos precedentes.

Independentemente da modernização geral efectuada, os estaleiros navais polacos começaram a construção, ou aceitaram encomendas, de novos tipos de barcos do mais elevado nível técnico.

O nível das encomendas feitas aos estaleiros polacos até 1 de Março de 1976 era de 154 unidades totalizando 2 386 400

vios num total de 860 925 toneladas por armadores de países socialistas. As encomendas de armadores polacos somam 52 unidades num total de 218 900 toneladas.

Os tipos de barcos produzidos e a respectiva tonelagem, a qualidade e uma produção moderna são os factores mais importantes que permitiram à Polónia atingir um alto nível técnico e uma posição no

CAME – O FRUTO DA SOLIDARIEDADE ENTRE OS PAÍSES SOCIALISTAS

Hoje o CAME é uma realidade irreversível — uma realidade que abre caminho à solidária integração de todos os países socialistas num conjunto de harmonioso desenvolvimento. Uma realidade desagradável para o imperialismo, que se esforça, naturalmente, por caluniá-la

Estamos longe dos tempos em que a União Soviética era uma gigantesca ilha de liberdade assediada por toda a Europa capitalista. Uma ilha onde lavrava a fome e as sequelas da guerra. Quando a paz tinha um preço bem pesado, e um cerco hostil e ameaçador negava-se a quaisquer relações de ordem económica.

Hoje a URSS — criação do socialismo — é um país imenso a caminho da sociedade comunista. Um país com que mantêm relações económicas os países capitalistas na sua globalidade. Um país cuja mão fraterna se estende para todos os povos que lutam pela sua libertação do jugo do capital.

Hoje há um sistema socialista mundial, com estreitíssimas relações entre as suas diversas parcelas nacionais. Um sistema que criou as suas próprias estruturas — ganhando assim em coesão interna e permitindo um desenvolvimento equilibrado e harmonioso das suas múltiplas componentes — os países socialistas.

Um sistema socialista que, numa fraterna entajada, vai eliminando as abissais diferenças de desenvolvimento entre os países componentes, e que funciona como sólida base de auxílio para todos os que se lançam numa via progressista — um espinho difícil de engolir, cravado na garganta do imperialismo.

Por isso se multiplicam as calúnias e se silenciam os factos.

Mau grado o imperialismo, o CAME é uma realidade actual e irreversível. Uma realidade que permite que o sistema socialista ganhe um corpo próprio. Um admirável exemplo das determinantes vantagens do socialismo — das vantagens da planificação e da solidariedade.

Um exemplo que interessa ao imperialismo ignorar e denegrir. Em exemplo que interessa a todos os revolucionários conhecer e divulgar.

«Alargar e aprofundar ao máximo a cooperação económica, científica e técnica

com os países socialistas na base da vantagem recíproca e da entajada fraternal. Assegurar a aplicação das medidas previstas pelo programa geral de integração económica socialista e a realização do plano de medidas de integração multilateral adoptado pelos países membros do CAME para 1976-80» — esta uma das linhas principais de orientação do desenvolvimento da economia nacional da URSS, apresentadas ao XXV Congresso.

É PRECISO ABRIR AS PORTAS DESSA IMPORTANTE REALIDADE DOS Nossos dias — o CAME. Conhecer um pouco do novo mundo que está em construção. Para que ajudemos a que a calúnia não seja sufocada.

A LINHA DO PROGRAMA GERAL.

Nas condições actuais, quando a revolução científica e técnica abre perspectivas sempre renovadas para o desenvolvimento das forças produtivas, coloca-se aos países socialistas uma tarefa de grande importância: associar organicamente as realizações desta revolução com as vantagens do sistema socialista, aprofundando a cooperação internacional dos países membros do CAME.

O objectivo central dos processos de integração, determinada pelo XXIV Congresso do PCUS e pelos congressos e reuniões específicas dos partidos comunistas e operários dos outros países socialistas, está fixada no Programa geral de aprofundamento da cooperação económica socialista dos países membros do CAME, adoptada no XXV sessão desta organização. «A realização deste programa, acentuaram os dirigentes dos partidos comunistas

e operários de vários Estados socialistas no encontro de 2 de Agosto de 1971 na Crimeia, contribuirá activamente para a subida do nível de vida dos trabalhadores, para o reforço da unidade política e económica e a coesão dos países socialistas irmãos e terá um papel histórico na obtenção de novas vitórias do socialismo e do comunismo, na consolidação da paz e da segurança internacional».

Em menos de cinco anos, período decorrido depois da adopção do programa geral, vários grandes problemas de cooperação económica e técnico-científica foram resolvidos. Os órgãos do Conselho de Assistência económica mútua elaboram o conceito de desenvolvimento da base energética e de combustíveis e de satisfação das necessidades em equipamento electro-energético dos países europeus membros do CAME. Graças à concretização de medidas comuns no que respeita ao desenvolvimento da base energética e de combustíveis nos países da comunidade socialista, estão-se a desenvolver de forma regular e equilibrada diversos ramos económicos.

Os países membros do CAME assinaram também numerosos acordos multilaterais para a concretização de grandes obras comuns, resolveram problemas de especialização internacional e de coprodução. A cooperação técnico-científica está particularmente desenvolvida.

A cooperação no domínio da planificação é uma condição decisiva no desenvolvimento do processo de integração económica, científica e técnica dos países membros do CAME. «Os países membros do CAME — afirma-se no programa geral — consideram a cooperação no domínio da planificação, e em particular a coordenação de planos, o método essencial de organização da cooperação e de aprofundamento da divisão internacional socialista do trabalho».

O carácter planificado das relações mútuas garante

a cada país irmão vantagens que nunca poderia alcançar nas suas relações com os países capitalistas. Não é por acaso se no decurso de mais de dois decénios 60 por cento do volume global de comércio externo dos países membros do CAME advém do comércio recíproco.

Estes últimos anos surgiram novas formas de planificação conjunta. No projecto do CC do PCUS para o XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética, «Principais Orientações do Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS para 1976-80», é sublinhada a necessidade de «Desenvolver de forma sistemática novas orientações em matéria de planificação comum, introduzir, em cooperação com os outros países membros do CAME, formas de organização mais eficazes nas relações económicas e de produção, utilizar activamente as possibilidades oferecidas pela especialização internacional e pela coprodução. Assegurar uma mais estreita coordenação e a interligação de esforços da União Soviética e de outros países membros do CAME na solução dos problemas do progresso científico-técnico».

Como está previsto no Programa Geral, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da cooperação dos países membros do CAME no domínio da planificação estabelecem-se nas seguintes linhas de orientação: estabelecimento de previsões nos sectores mais importantes da economia, da ciência e da técnica; coordenação dos planos a longo prazo nos sectores chave da economia nacional; aperfeiçoamento da coordenação dos planos quinquenais de desenvolvimento da economia nacional; planificação comum, pelos países interessados, de certos ramos industriais e tipos de produção; troca de experiências em matéria de aperfeiçoamento de sistemas de planificação e de gestão da economia nacional.

CLASSE OPERÁRIA, VANGUARDA NA BATALHA PELO FUTURO

Pelo seu peso numérico, pela sua decisiva contribuição para o produto social, pela importância determinante da Ideologia e da moral que lhe são próprias, e que constituem a base do futuro, a classe operária desempenha um papel fundamental, um papel dirigente, nos países do socialismo desenvolvido. Como o desempenho, igualmente, a nível mundial, no processo revolucionário que se norteia pelo objectivo do socialismo, liquidando as estruturas capitalistas

A posição de destaque da classe operária na sociedade socialista desenvolvida, deve-se a uma série de factores. A classe operária é a principal força produtiva da sociedade e como tal desempenha um importantíssimo papel no desenvolvimento do progresso técnico-científico, na criação da base material e técnica do comunismo. Para além disso, os operários constituem, actualmente, a classe mais numerosa da URSS: mais de 70 dos 100 milhões de pessoas ocupadas na produção. Em relação a 1940, ano anterior à guerra, o seu número triplicou na União Soviética.

Seria entretanto errado considerar este crescimento como único factor que assegura o crescimento da quantidade de produtos industriais. Para além do crescimento numérico da classe operária, operam-se também no seu nível cultural e profissional. É exactamente este facto que assegura as condições necessárias para elevar a eficácia da produção, acelerar o progresso científico e aumentar a produtividade do trabalho. Os operários, com o seu trabalho, experiência e energia, aceleram uma evolução que permite a passagem da utilização isolada de máquinas para a criação, e o emprego em grande escala, de complexos sistemas de máquinas funcionando em conjunto e de novíssimos processos tecnológicos de elevada eficácia. Um grande mérito do operariado da URSS reside em que, durante os últimos dez anos, aumentou em 2,7 vezes o número de empresas totalmente mecanizadas e automatizadas no seu país.

O papel dirigente desempenhado pela classe operária na sociedade é também determinado por um outro facto: são precisamente os operários industriais que criam a parcela esmagadora do produto social conjunto. Por exemplo, em 1974, ao sector da indústria soviética correspondia 64 por cento de toda a produção nacional.

A dedicação e o crescente nível profissional dos operários permite resolver uma importantíssima tarefa da sociedade socialista: elevar a eficiência e intensificar a produção social. No quinquénio de 1971-75, por exemplo, quase quatro quintos do aumento da renda nacional foi obtido através dos referidos factores. No décimo quinquénio (1976-1980), está projectado obter, através do aumento da produtividade do trabalho, um incremento de 85/90% na renda nacional e de 90%, aproximadamente, na produção industrial.

O papel que a classe operária desempenha no aperfeiçoamento das relações sociais, leva também ao fortalecimento da sua disposição dirigente na sociedade. Ocupada na esfera da produção mecanizada, a classe operária está directamente vinculada à principal forma de propriedade no socialismo: a propriedade estatal, de todo o povo, sobre os meios de produção. Os operários soviéticos, considerando os bens socialistas sob a perspectiva estatal, tentam utilizar de uma forma mais completa as possibilidades oferecidas pela economia socialista. A obra criadora dos operários, engenheiros e técnicos na esfera da produção expressa-se concretamente na invenção e na racionalização. Neste movimento participaram quatro milhões de trabalhadores. Em 1971-75, o efeito, na economia, da introdução na prática de novas

racionalizações, ultrapassou os 19 milhões de rublos.

O país presta homenagem aos seus operários. Os melhores de entre eles — os mineiros Guennadi Smimov, Vladimir Murzenko, Mijail Chij; o operário de construção civil Nikolai Zlobin; as operárias têxteis Elena Amosova, Alevtina Smirnova, Valentina Pletneva, Valentina Bobkova, entre outros — são bem conhecidos de todo o povo soviético e gozam de um profundo respeito. No nono quinquénio (1971-75) mais de milhão de trabalhadores foram condecorados com ordens e medalhas da União Soviética. O trabalho de um considerável grupo de operários mereceu prémios estatais da URSS.

Outra função social, não menos importante, da classe operária, como dirigente, consiste no exemplo moral e político, ideológico e organizativo, na sua influência sobre todas as outras camadas trabalhadoras. Na União Soviética, a Ideologia e a moral da classe operária tornam-se a base essencial da Ideologia e da moral dos trabalhadores. O que inclui, tanto o profundo convencimento ideológico e a fidelidade à causa do comunismo, como o colectivismo, a disciplina consciente, o patriotismo, o internacionalismo e a nova atitude face ao trabalho. Quanto maior é a influência ideológica que a classe operária exerce em toda a sociedade socialista, tanto maiores são os êxitos que se obtêm na construção da sociedade comunista. Esta tese foi comprovada por toda a experiência histórica da construção do socialismo.

A classe operária desempenha um papel primordial na tarefa de fortalecimento e desenvolvimento da aliança com o campesinato kolkosiano.

A aproximação entre duas classes caracteriza o actual desenvolvimento da sociedade socialista, pois o trabalho agrícola transforma-se cada vez mais numa forma de trabalho industrial. A classe operária exerce uma influência cada vez mais profunda na consolidação da base material e técnica da agricultura, na elevação do seu nível técnico. Os kolkoses e sovkses contam um número cada vez maior de máquinas e de adubos químicos.

Os operários industriais transmitem aos kolkoses a sua experiência de organização de trabalho, de elevação da produtividade, de emulação socialista e de formação de quadros altamente qualificados.

O aperfeiçoamento do Estado socialista e o desenvolvimento do modo de vida socialista, traçados pelo XXV Congresso, estão intimamente vinculados ao desenvolvimento da democracia, da actividade sociopolítica dos trabalhadores, que se reflecte, em particular, e de forma muito nítida, no trabalho dos Soviets, órgãos de poder do país. 32,8% dos deputados ao Soviet Supremo da URSS e mais de 40% dos 2 500 000 deputados eleitos o ano passado para os Soviets locais, são operários.

umas das mais importantes consequências sociopolíticas do desenvolvimento da sociedade socialista foi a formação de uma comunidade histórica de homens: o povo soviético. Baseada na aliança da classe operária com o campesinato kolkosiano e a intelectualidade (aliança dirigida pela classe operária), assim como na amizade de todas as nações e etnias do país. O Partido Comunista da União Soviética, que reúne os melhores representantes do povo, é a vanguarda e tem a direcção política e ideológica da sociedade soviética.

SEMANA INTERNACIONAL

PLANOS IMPERIALISTAS FALHAM EM ÁFRICA

Pela segunda vez em cinco meses Kissinger foi a África. Foi mandatado pela Casa Branca. Mas não só. A manobra neocolonialista que se esforça por concretizar no continente, tem o apoio e a cumplicidade dos seus aliados europeus, ex-potências coloniais que desejariam manter algumas das suas prerrogativas. Kissinger foi também mandatado por uma Inglaterra que se enreda em jogos demagógicos. Por uma França que, silenciosamente, fôrmece armas aos defensores do «apartheid».

Kissinger levou planos precisos, toda uma linha de orientação: encorajamento das divisões tribais na Namíbia e na Rodésia; proliferação de pretensas organizações de libertação nacional para fazer face ao verdadeiro movimento de libertação nacional na África do Sul; esforços no sentido do rompimento da coordenação conseguida entre as várias organizações que compõem o Congresso Nacional Africano da Rodésia. O divisionismo entre forças e populações objectivamente interessadas no processo libertador, o encorajamento e apoio da provocação — são a arma que os EUA reputam como certa para retardar o processo contra o colonialismo e o racismo em África. As cedências de fachada, a negociação formal com movimentos tantocho ou organizações e dirigentes mais propensos ao diálogo e à cedência face ao imperialismo — são as soluções propostas de imediato.

Armas e projectos velhos de muito uso. Bem experimentados. Com êxitos e derrotas a registar.

Dos encontros havidos, das discussões com Vorster e Smith, nada resultou de concreto. A face da África mudou. Muda em cada dia que passa, em favor das forças progressistas. Muda em cada dia que passa, em favor das forças progressistas. Vorster e Smith sabem-no. Kissinger também. A «paz» podre que a Casa Branca desejaria impor já não é possível. Em África já não se acredita na «boa vontade» das mãos que se estendem aos responsáveis do neocolonialismo e do racismo. As mãos que são o seu real sustentáculo.

Há apenas três meses, na Baviera, Henry Kissinger teve um encontro com Balthazar Vorster. Nesses três meses muita coisa mudou na África do Sul. Hoje a população negra e mestiça da RSA vive um momento alto da sua luta contra a opressão e o sistema de *apartheid*. Após o 16 de Junho, quando das manifestações de Soweto, e o massacre mundialmente conhecido, Kissinger empenhava-se na discussão de uma fórmula «conciliatória» para a Rodésia e a Namíbia, que permitira fazer algumas concessões à população negra, sem afectar os interesses do capital na zona. Três meses depois de Soweto, uma situação nova, qualitativamente diferente, impede quaisquer veleidades de manobras. As manifestações, as greves, os confrontos com a polícia, são uma realidade quotidiana e ininterrupta. O assassinato de centenas de pessoas, a prisão de milhares, não foram obstáculo suficientemente forte à vontade revolucionária das massas sul-africanas. A greve de três dias dos trabalhadores de Joanesburgo, em que participaram, a despeito da brutalidade repressiva, 75% dos trabalhadores, é apontada como a maior greve jamais realizada em toda a história da África do Sul.

A combatividade das massas é evidente. «Os racistas não economizam as suas balas — diz-se num panfleto que circula no país — as suas armas erguem-se numa tentativa de deter a nossa marcha para a liberdade, mas não conseguirão o seu objectivo».

Kissinger foi a África de antemão derrotado. O cinismo da sua pretensa vontade de paz, de um optimismo falso, a ideia que pretende divulgar, de que os seus esforços se destinam a salvar a África da guerra, oculta preocupações justificadas. A África escapa às mãos do imperialismo. Imune às suas manobras, erguendo-se contra as suas armas.

O fim do racismo, e de todas as formas de colonialismo, está à vista.

A COBERTO DA SOCIAL-DEMOCRACIA A DIREITA GANHOU NA SUÉCIA

A direita mais reacçãoária acaba de ganhar as eleições na Suécia. O governo social-democrata, no poder há quarenta e quatro anos, foi derrotado por uma pequena margem. A sua derrota é entretanto bem significativa do conteúdo e das consequências da política da social-democracia, acarretando, por outro lado, consequências nacionais e internacionais negativas. Não é de esperar a continuidade de qualquer apoio aos países subdesenvolvidos ou em luta contra o colonialismo, ou cedências, ainda que condicionais, face às massas trabalhadoras. A política externa de apoio ao imperialismo passará a ser aberta e muito mais acentuada.

Os resultados eleitorais não surpreendem. A linha de orientação político-económica, desde sempre seguida, conduziria naturalmente a um estreitamento da base social de apoio ao governo. Na Suécia social-democrata, o patronato sempre contou com amplas liberdades, que se soube utilizar consequentemente, todas as perspectivas de desenvolvimento monopolista, um campo aberto para embolsar chorudos lucros. O patronato sueco manteve o direito legal de contratar e despedir livremente os seus operários, de dirigir e organizar o trabalho. «Democraticamente», aceitava a consulta aos Sindicatos, a propósito de despedimentos, segurança, higiene e formação profissional. Mas nunca nas decisões de fundo, ou na análise de contas — domínio exclusivo dos detentores dos lucros e do poder. Em nome do «socialismo»,

os monopólios cresceram, lançaram os seus tentáculos a outras zonas do mundo. Em nome do «socialismo», o governo surgiu sempre como «conciliador» de interesses de classes antagonicas, com oportunas cedências de fachada, sem jamais tocar o essencial. Em nome do «socialismo», agigantaram-se problemas sociais, o suicídio, por exemplo, adquiriu proporções sombrias, traduzindo perspectivas vazias de sentido.

O processo de fortalecimento da direita, que naturalmente prefere poder manobrar sem tanto gasto de sorrisos conciliatórios e palavras de fachada, entremeadas de pretensos recuos táticos, está intimamente ligado a dificuldades reais da verdadeira esquerda. Está-o também, e particularmente, a uma política governamental que, sob um sonoro manto de esquerda, pratica, objectivamente, uma política

PAIGC — VINTE ANOS DE LUTA

Em Bissau, em todo o território da Guiné e Ilhas de Cabo Verde, está a ser comemorado o 20.º aniversário do PAIGC. São muitas as dificuldades a enfrentar. Mas o balanço é positivo. E as perspectivas têm a sólida garantia de um Partido que tem avançado sem vacilações no duro caminho da liberdade

«O nome de Amílcar Cabral impôs-se, não apenas no nosso País, mas em todo o mundo: ele inspira o amor, o respeito e a consideração, tanto do nosso Povo como de muitos outros povos. Esta realidade é confirmada pela manifestação universal de dor que o seu brutal desaparecimento suscitou. Esta manifestação é o reflexo da estatura de Amílcar Cabral como homem da nossa época e como revolucionário. Ela dá-nos também a dimensão da obra que realizou, porque a grandeza de um homem mede-se pelo que ele é capaz

de fazer no interesse do seu Povo e dos outros povos.

«O camarada Amílcar Cabral deixou-nos a sua herança. O nosso Partido constituído pelos melhores filhos do nosso Povo na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde, continuará a sua obra imortal, fecundada pelo sangue de tantos mártires e heróis. Vamos realizar na prática o grande sonho da sua vida: um a nação livre e independente, de homens e mulheres dignos, amantes do progresso e da paz, contribuindo na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde, na

medida das suas possibilidades e da sua capacidade, para uma humanidade melhor e mais feliz».

Estas foram palavras do camarada Vasco Cabral, no *Síposium* sobre Amílcar Cabral, em Conakry, em 1973.

Hoje, o sonho de Amílcar Cabral está-se a materializar nas terras da Guiné e Cabo Verde. É um país livre e independente na que totalidade, num país que já venceu muitas das sequelas da dominação colonial e que avança a passos firmes na construção de uma sociedade

progressista, que está a ser comemorado o 20.º aniversário do PAIGC.

Quando o ano passado foi comemorado o dia da nacionalidade em Bissau, no balanço feito dos progressos já realizados, o camarada Luiz Cabral ressaltou o facto de ter sido conduzida, até ao fim da primeira etapa, pelo PAIGC, a grande obra do camarada Amílcar Cabral. Então, Luiz Cabral, apontou também os perigos — que ameaçavam o processo progressista em curso na Guiné-Bissau — uma longa luta contestada por todos os que se tinham sentido beneficiados com a dominação colonial, e outros que recuam face à dureza e dificuldades dessa luta, os que não têm ainda consciência de que estão a trabalhar para a sua terra, «de que cada pedra que colocamos contribui para a reconstrução do nosso país». A palavra VIGILANCIA era

consigna directora de toda a actividade militante. Vigilância para detectar e isolar os inimigos internos, a propagação de ideais e atitudes objectivamente contra-revolucionárias. Vigilância face aos perigos externos, que provêm naturalmente, de uma forma mais acentuada, dos países mais próximos a vários títulos, nomeadamente de Portugal.

«Devo afirmar aos camaradas que Portugal está numa luta e, essa luta, devemos considerá-la nossa, na Guiné e em Cabo Verde. E nossa luta, na medida em que os inimigos da revolução em Portugal são os fascistas que estão a perder os seus privilégios e, por isso, odeiam-nos e sentem-se furiosos com as vitórias dos nossos povos independentes — afirmo o camarada Luiz Cabral. Se esses reacçãoários conseguirem vencer em Portugal, tentarão de um dia para o outro apoiar as forças reacçãoárias que ainda existem na nossa terra. Não só digo que a luta dos portugueses é nossa também, como efectivamente ela é, no seu contexto geral, de todas as forças progressistas do mundo, que amam a paz, a amizade, a cooperação e o bem-estar entre todos os homens».

A Guiné-Bissau dos nossos dias tem o seu próprio caminho aberto. Liberta-se do peso da herança colonial, supera dificuldades económicas e de estrutura social particularmente complexas. Os bairros miseráveis de Bissau ainda não foram

desmantelados. Como o atraso no nível geral de instrução, as grandes carências a nível alimentar e de saúde. Mas tudo quanto se faz é um ataque frontal a tal atraso imposto pela mão alheia dos seus inimigos, igualmente inimigos do nosso povo. Os povos regressam à terra que ontem amanhavam e de que fugiram pelo medo da guerra e a ausência de auxílios. Inicia-se a construção dos novos bairros, com todas as condições, que irão substituir os velhos bairros de lata e lama, sem água, sem electricidade, sem esgotos. Os armazéns do povo não exploram — têm como único objectivo um bom abastecimento popular. As bases de uma nova medicina, de uma real política de saúde são lançadas. Aplica-se um sistemático plano de alfabetização e instrução popular. Tanto na Guiné como em Cabo Verde, as percentagens dispendidas com a educação nos Orçamentos Gerais do Estado são elevadas, respectivamente de 23% e de 14%, o que traduz uma opção bem definida. Não é também por acaso que o número de alunos que frequentam as escolas é tão elevado: superior, proporcionalmente, à grande maioria dos Estados independentes de África, que contam já, quase todos, com mais de uma dezena de anos de independência. Na Guiné, cerca de 10% da população frequenta a escola, e em Cabo Verde essa percentagem

ascende a 25%.

A situação económica e financeira é difícil: ausência de infraestruturas nos sectores primário (agricultura, pescas, extracções mineiras), secundário (industriais) e terciário (comércio e serviços), desemprego, desequilíbrio orçamental e situação de *deficit*, *deficit* nas balanças comerciais, alta de preços, atrasos no pagamento de salários, dificuldades na tarefa de coordenação da actividade governativa como um todo. Todo um conjunto de dificuldades e carências de um país ainda em estado de subdesenvolvimento e ligado a uma economia de mercado. Mas a base de superação de tal situação existe e funciona

— uma situação política caracterizada por uma total estabilidade, uma iniciativa crescente do Partido e das organizações, de massas, um apoio crescente da grande maioria da população com uma participação efectiva nas tarefas de reconstrução nacional. A despeito da momentânea impossibilidade de elaboração de um plano de conjunto a longo prazo, nomeadamente pela debilidade e insuficiência de serviços estatísticos, base elementar de qualquer planificação, o dinamismo e mesmo audácia da parte dos governos da Guiné e Cabo Verde no sentido da concretização de programas e projectos, o forte apoio popular tem permitido a gradual melhoria da situação económica e social.

Na comemoração do vigésimo aniversário do PAIGC, está presente uma delegação de Portugal, está presente uma delegação do PCP. As Edições «Avante!» também têm o seu lugar na Festa que se integra nas comemorações. Hoje como ontem, e pelas mesmas razões de luta comum, mantêm-se e fortalecem-se os laços de solidariedade entre dois povos empenhados num mesmo objectivo — a construção de uma nova sociedade, uma sociedade progressista.

«CAMARADAS: Eu jurei a mim mesmo, nunca ninguém me mobilizou, trabalhar para o meu povo, eu jurei a mim mesmo que tenho que dar a minha vida, toda a minha energia, toda a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como homem, até ao dia em que morrer, ao serviço do meu povo, na Guiné e Cabo Verde. O serviço da causa da Humanidade, para dar a minha contribuição, na medida do possível, para a vida do homem se tomar melhor no mundo. Este é que é o meu trabalho». São palavras de Amílcar Cabral. Hoje o povo da Guiné-Bissau pode fazer suas estas palavras, como o fez no duríssimo período de luta anticolonial. Palavras que pertencem a todos os povos em luta por uma vida nova e melhor.

Em Bissau, Portugal saúda o povo irmão da Guiné, a sua vanguarda revolucionária — o PAIGC, o seu grande dirigente morto, renascido numa obra grandiosa, Amílcar Cabral.

PRÍNCIPE BERNARDO: VÃO-SE OS GALÕES FICAM OS NEGÓCIOS

O príncipe Bernardo da Holanda está envolvido no escândalo de subornos da Lockheed. Bernardo da Holanda não é um traficante. Não é acusado de traição ou algo de semelhante, por tão bem malbaratar os interesses do seu país, a troca de chorudos maços de dólares. Bernardo da Holanda está simplesmente envolvido num escândalo. Acusações de traição e traficância são termos pesados, só aplicáveis a implicados menores. É essa também a diferença entre o desvio e o roubo.

O escândalo foi grande. Teve repercussões sérias. São muitas as personalidades envolvidas. Muitas outras permanecem na sombra, protegidas pela benevolência de leis e juízes pouco interessados em fazer sobressair os podres da sociedade capitalista. Era preciso um «castigo» qualquer. Sem violências claro. Nem prisão. A Europa «democrática» é moderada, composta de povos de «brancos costumes». A «selvagem» mora no «leste», nas terras do socialismo, onde se condena com revolucionária severidade traficâncias que não passam de brinquedo ao lado do escândalo Lockheed. Afinal, no mundo dos negócios, o caso Lockheed não passa de um negócio. Há simplesmente que condenar as falhas. A ineficácia.

O príncipe Bernardo manterá as suas posições de destaque na administração de inúmeras empresas privadas. Os galões podem ir-se. Mas nunca os negócios. Está certo.

«SOYUZ-22» FOTOGRAFA A URSS E A RDA

Foi lançada da Terra, no passado dia 16, uma nova nave espacial soviética, «Soyuz 22», tendo a bordo os cosmonautas Valery Baykovsky e Vladimir Aksenov. A missão dos dois astronautas soviéticos é a preparação de futuros voos de longa distância. Para além disso está-se a efectuar a primeira experiência espacial conjunta com a República Democrática Alemã, numa materialização da linha de orientação que se programou desenvolver no que respeita a uma cada vez maior colaboração entre todos os países socialistas, em todos os domínios.

A RDA forneceu a potente câmara fotográfica instalada na «Soyuz 22», que está a ser utilizada para obter informações geológicas e geográficas da URSS e da RDA. Conforme foi anunciado pelo tenente-coronel Vladimir Shtalov, que chefiava a escola de treino de astronautas da União Soviética, o voo não será de longa duração.

«Parar. Parar não paro
Esquecer. Esquecer não esqueço
Se carácter custa caro
pago o preço»
(Sidónio Muralha, em Poemas)

RECORDAÇÕES DOS TEMPOS DIFÍCEIS

Miguel Wager Russell

«... A maioria não dobrou a espinha nem aos oportunistas tentadores nem às violências dos carcereiros, interessados em esfarraparem moral e politicamente as suas vítimas. Se há mérito nisso, digno de registo, pois aí fica, para que conste».

CIDADE DO LIVRO E DO DISCO
Na Festa do Avante!

EDIÇÕES «AVANTE!»: PRESENTE!

As Edições «Avante!» informam os seus leitores que durante a Festa concederão 20% de desconto na compra dos seus livros (excepto novidades).

UMA OCASIÃO EXCEPCIONAL DE COMPLETAREM AS VOSSAS COLEÇÕES DE LIVROS DAS EDIÇÕES «AVANTE!»

LONGA VIDA, CAMARADA AGOSTINHO NETO

Por ocasião do 54.º aniversário do camarada Agostinho Neto, presidente da República Popular de Angola e do MPLA, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, enviou-lhe a seguinte mensagem:

«Querido camarada Agostinho Neto:

Por ocasião do seu 54.º aniversário enviamos-lhe ardentes votos de grandes êxitos, felicidade, saúde e longa vida.

Nós, os comunistas portugueses, saudamos o companheiro de combate e o amigo do povo português, que tem dedicado toda a sua vida à libertação total do povo angolano dirigindo a sua vanguarda revolucionária, o MPLA, na luta vitoriosa contra o colonialismo e o neocolonialismo.

Aproveitamos a oportunidade para expressarmos uma vez mais a nossa profunda e activa solidariedade à luta do MPLA, à República Popular de Angola e ao povo angolano pela reconstrução de um novo país liberto da exploração e da opressão.»

O PROGRAMA DA FESTA DO «AVANTE!»

O recinto da FIL, onde se vai realizar o Festa do «Avante!», é vasto. Vasto também, e muito variado, é o programa. Só no que diz respeito aos espectáculos, além do circo e da sala de cinema e de concertos, estão montados seis palcos, que durante parte do dia funcionarão simultaneamente. Mas além disso há os colóquios e debates, as exposições, as bancas, os sorteios e mais mil e uma coisas para ver e para participar.

Todo este conjunto de iniciativas vai exigir que cada um escolha previamente o que quer ver o como se orientar no imenso labirinto que vai ser a FIL.

No intuito de ajudar os nossos camaradas e amigos a viverem a Festa a seu gosto, estará à venda uma separata do «Avante!», em formato de revista, contendo todas as informações julgadas úteis.

O Programa da Festa incluirá, além do horário pormenorizado dos diversos espectáculos e outras iniciativas, um dicionário contendo as biografias dos artistas participantes e a referência a outros centros de interesse da Festa; um grande mapa, devidamente legendado, de todo o recinto; as vias de acesso à FIL, conforme as diversas proveniências; indicações úteis aos automobilistas e excursionistas e outros textos de interesse.

Entretanto, e como «aperitivo», aqui deixamos hoje

algumas referências concretas daquilo que vai ser a Festa. Apenas algumas...

«Avante!» clandestino

Como não podia deixar de ser, o nosso jornal terá um pavilhão que especialmente lhe é dedicado — se bem que, como também é natural, a presença do órgão central do PCP vá ser uma das constantes por todo o itinerário do recinto.

Nesse pavilhão estará patente, entre outras coisas, uma pequena tipografia clandestina, que editará um «Avante!» à imagem e semelhança daqueles muitos milhões que, durante o fascismo, de mão em mão, à custa de incontáveis sacrifícios, levaram a todos os cantos do país a voz da liberdade e da esperança, o incentivo à organização e à luta, a denúncia de toda uma realidade nacional que a ditadura procurava esconder, o apelo à unidade de todos os antifascistas.

Esse pequeno «Avante!» será uma homenagem a todos os heróicos obreiros que, nas duras condições do fascismo, permitiram que a voz do PCP nunca fosse calada.

Festival de Cinema

Na Festa do «Avante!», um dos motivos de grande interesse reside na realização do Festival de Cinema com

o qual se pretende revelar uma parte do imenso contributo dos comunistas para o desenvolvimento de uma estética cinematográfica de vanguarda.

Os filmes apresentados serão um testemunho da cinematografia de resistência ao fascismo (caso do Chile), da que se insere directamente na luta de classes («Sal da Terra», de Bibberman, Estados Unidos), da cinematografia nos países socialistas e, finalmente, da nova cinematografia portuguesa que poderá ser um valioso contributo para uma arte revolucionária que se desenvolve no nosso país.

Serão apresentadas as seguintes obras, além de outras previstas:

GIRON de Manuel Herrera (Cuba) — 1970
O SAL DA TERRA, de Herbert Bibberman (EUA) — 1953 (Animatografo).

DEOLINDA DA SEARA VERMELHA, de Luís Gaspar (Portugal) — 1975.
A FELICIDADE, de Alexandre Medvekin (URSS) — 1954.

A LINHA GERAL, de Sergei Eisenstein (URSS) — 1929 (Animatografo).

A BATALHA DO CHILE — 1.º episódio.
A INSURREIÇÃO DA BURGUESIA — 2.º episódio.
O GOLPE DE ESTADO — Patrício Guzman (CUBA) — 1974/75.

QUE FAREI EU COM ESTA ESPADA, de João César

Monteiro (Portugal) — 1975.

GENTE DA PRAIA DA VIEIRA, de António Campos (Portugal) — 1975.

A HERDADE DO ZAMBUJAL, de Vítor Baptista e Manuel Bento (Portugal) — 1975.

NAO E HORA DE CHORAR, de Luís Alberto Sanz (Chile) — 1972.

WALK OVER, de Jerzy Skolimowski (Polónia), (Filmes Castelo Lopes).

CHILI — Produção ISKA (FRANÇA) — 1974.

ARVORES SEM RAIZES, de Hristo Hristov (Bulgária) — 1974 (Exclusivos Triunfo).

Circo Popular

Para alegria das crianças e, também, dos adultos, actuará na Festa do «Avante!» o «Grande Circo Popular Cooperativa».

Palhaços, trapezistas, cães amestrados, cavalos, contorcionistas e muitas outras atracções farão vibrar de entusiasmo a assistência e, muito especialmente, a pequenada.



O «Grande Circo Popular Cooperativa» actuará sexta-feira, às 21 e 30 horas, e sábado e domingo, às 16 horas. Domingo, pelas 11 horas, haverá um espectáculo, especialmente dedicado às crianças.

Colóquios e Debates

A Festa do «Avante!» é uma festa política. O convívio, o conhecimento mútuo que fortalecerá os laços não só entre os comunistas mas também entre estes e outros democratas, não poderia deixar de completar-se com um debate amplo e reflexão conjunta dos problemas nacionais e das tarefas da hora presente que se colocam a todos que desejam um Portugal livre.

Durante os três dias de festa, decorrerão na FIL colóquios e debates em diversos sectores do recinto. Desde a Reforma Agrária às questões sindicais, aos problemas económicos, passando pela análise da situação da mulher, da informação, das conquistas da revolução e muitos outros temas que nos preocupam, serão discutidos em sessões abertas à participação de toda a gente. Estarão presentes dirigentes do Partido Comunista Português e especialistas nas diversas matérias. Eis alguns dos temas em debate: Questões Sindicais; Eleições para as Autarquias Locais; A luta do povo português contra a guerra colonial e por uma política de paz e amizade com todos os povos; a Informação num Portugal democrático; A situação da mulher; As conquistas da Revolução e a situação económica; a Reforma Agrária; e ainda debates e colóquios com as delegações estrangeiras presentes na Festa.

Na Festa do «Avante!» o internacionalismo proletário não poderia deixar de manifestar-se amplamente. Além de debates com as delegações dos jornais dos Partidos irmãos, haverá na CIDADE INTERNACIONAL, pavilhões e exposições da União Soviética, da República



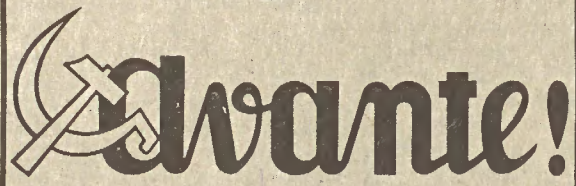
Democrática Alemã, da República Popular da Bulgária, da República Socialista de Cuba, da República Popular da Polónia, da República Popular da Hungria, da República Socialista da Checoslováquia, da República Socialista da Roménia. Em pavilhões, fazem-se ainda representar diversos órgãos dos Partidos Comunistas: L'Humanité (Partido Comunista Francês); L'Unità (Partido Comunista Italiano); Rizospastis (Partido Comunista Grego); Unserer Zeit (Partido Comunista Alemão).

Um lugar de destaque será ocupado com os pavilhões que expressam a solidariedade com os jovens países africanos libertos do colonialismo português, solidariedade que se enraíza numa luta comum contra o mesmo inimigo: estarão representados a República Popular de Angola, a República Popular de Moçambique e a República Popular da Guiné-Bissau.

Comício

No próximo domingo, terceiro e último dia da Festa, realizar-se-á no recinto da FIL um grande comício, em que usará da palavra o camarada Álvaro Cunhal. Estarão presentes as delegações dos jornais comunistas estrangeiros.

PROGRAMA da FESTA do



Uma revista com

tudo sobre a festa!

*

DISTRIBUIÇÃO A PARTIR DAS 8 DA MANHÃ DE 6.ª FEIRA na Av. Santos Dumont N.º 57-C Lisboa

*

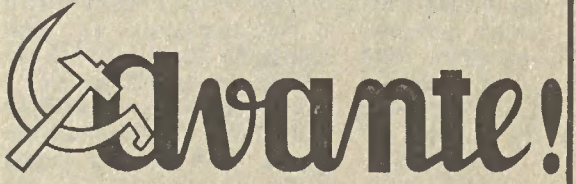
Solicita-se às organizações para fazerem reserva à CDL dos exemplares que necessitam

*

VENDA VOLANTE DURANTE O DIA DE 6.ª FEIRA NOS PRINCIPAIS PONTOS DE LISBOA

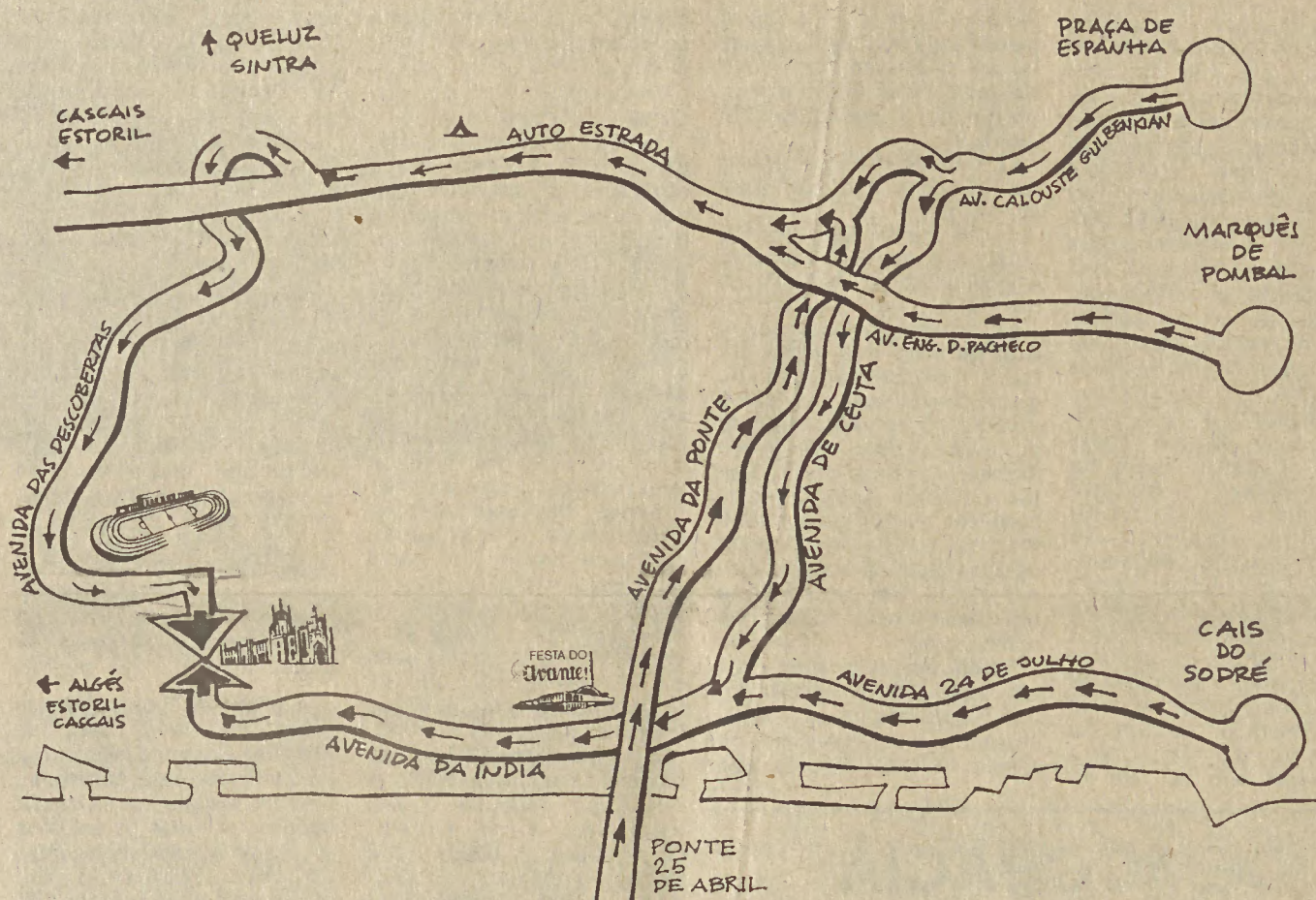
*

PROGRAMA da FESTA do



VENDA TAMBÉM À ENTRADA DA FEIRA

COMO CHEGAR À FESTA do Avante!



Acessos em automóvel

- Vindos das zonas de Olivais, Encarnação, Benfica, Lumiar, Alvalade, Areeiro, Chelas, Alto de S. João, Avenidas Novas

- Vindos de fora de Lisboa pela auto-estrada do Norte ou pela Alameda das Linhas de Torres.

Praça de Espanha → Av. Calouste Gulbenkian → Auto-estrada do Estoril → Desvio p/ a estrada de Sintra → Trav. das Descobertas → Av. de Restelo → Praça do Império

- Vindos das zonas Anjos, Graça, Conde Redondo

Praça Marquês de Pombal → Av. Joaquim António de Aguiar → Viaduto Duarte Pacheco → Auto-estrada do Estoril → Desvio p/ a estrada de Sintra → Av. das Descobertas → Av. do Restelo → Praça do Império

- Vindos das zonas de Xabregas, Alfama, Baixa, Santos

Av. 24 de Julho → Av. da Índia → Praça do Império

- Vindos de fora de Lisboa pela ponte 25 de Abril

Av. da Ponte → Auto-estrada do Estoril → Desvio p/ a estrada de Sintra → Av. das Descobertas → Av. do Restelo → Praça do Império

- Vindos de fora de Lisboa pela estrada de Sintra

Estrada de Sintra → Av. das Descobertas → Av. do Restelo → Praça do Império

- Vindos de fora de Lisboa pela estrada marginal

Estrada marginal → Praça do Império

Acessos para autocarros de excursões

- Vindos do Norte

Praça de Espanha → Av. Calouste Gulbenkian → Av. de Ceuta → Alcântara → Largo do Calvário → Rua 1.º de Maio → Rua da Junqueira → FIL (descida de passageiros) → Praça Afonso de Albuquerque → Passagem de nível → Estacionamento junto ao rio

- Vindos do Sul

Av. da Ponte → Alcântara → Lg. do Calvário → Rua 1.º de

Maio → Rua da Junqueira → FIL (descida de passageiros) → Praça

Afonso de Albuquerque → Passagem de nível → Estacionamento junto ao rio.

Acessos nos transportes públicos

- Autocarros

N.º 12 — Caminhos de Ferro — Algés
N.º 14 — Praça da Figueira — Outurela
N.º 27 — Areeiro — Restelo
N.º 28 — Moscavide — Restelo
N.º 32 — Hospital de Sta. Maria — Restelo
N.º 43 — Praça da Figueira — Buraca
N.º 49 — Av. EUA — Belém
N.º 56 — Areeiro — FIL

- Eléctricos

15 — Praça do Comércio — Cruz Quebrada
16 — Poço do Bispo — Belém
17 — Alto de S. João — Belém

Parqueamento de automóveis

- Está assegurado o parqueamento na Praça do Império (junto ao Mosteiro dos Jerónimos). A Carris assegura uma carreira especial de autocarros permanentes Praça do Império → FIL → Praça do Império

- Está assegurado o parqueamento junto ao rio de autocarros de excursões (depois da descida dos passageiros)

- O estacionamento em todo o comprimento da Rua da Junqueira está condicionado

- Não é permitido o estacionamento em todo o comprimento da Av. da Índia e nas ruas que ligam a Av. da Índia à Rua da Junqueira.

Recomendações gerais

- Não utilização por automóveis do percurso da Av. de Ceuta a fim de evitar engarrafamento no largo de Alcântara

- Não parqueamento de veículos ligeiros no lado sul da linha de comboio (entre esta e o rio) a fim de evitar quaisquer acidentes ao atravessar a linha ou a Av. da Índia.

- E, finalmente, torna-se necessário respeitar as indicações dadas pelos elementos da organização da Festa e pelos agentes de trânsito da PSP!